

RELATÓRIO DO BIÊNIO 2019 • 2020



Defensor Público-Geral da Paraíba:
Ricardo José Costa Souza Barros

Subdefensora Pública-Geral da Paraíba
Maria Madalena Abrantes Silva

Corregedor-geral:
José Alípio Bezerra de Melo

Conselho Superior
Ricardo José Costa Souza Barros
Maria Madalena Abrantes Silva
José Alípio Bezerra de Melo
Gerardo Lins Rabello Filho
Coriolano Dias de Sá Filho
Elson Pessoa de Carvalho
José Celestino Tavares de Souza
Enriquemar Dutra da Silva
Maria do Céu Cavalcanti Palmeira (Ouvidora-Geral)

Colaboração: Cândido Nóbrega

1. ATUAÇÃO E EXPANSÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	16
1.1 NOVAS INSTALAÇÕES, MELHORIAS E REFORMAS	17
Sede Administrativa da DPE-PB	18
Núcleo de Atendimento de João Pessoa	24
Núcleo de Atendimento de Patos	26
Núcleo de Atendimento de Guarabira	28
Sapé ganha Sede de Atendimento	30
Nova Sala de atendimento do Conde	31
Salas de Atendimento no Fórum Cível da Capital	32
Sala de Atendimento no Fórum Cível de Campina Grande	35
Sala de Atendimento no Presídio do Roger	35
1.2 PRODUTIVIDADE	36
1.3 NÚCLEO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (Necid)	38
Atuações do Necid e suas coordenadorias	40
Casamento coletivo LGBTQIA+	43
1.4 DEFENSORIA ITINERANTE E BALCÕES DE DIREITOS	46
1.5 ATUAÇÃO NOS PRESÍDIOS	53
Projeto Cidadania nos Estabelecimentos Penais	54
Execução Penal Além do Cárcere	55
Visita virtual e Acesso Efetivo à Dignidade e à Justiça	56
Remissão de Pena pela Leitura	57
1.6 DEFESA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	58
Comunidade Tradicional e Ribeirinha do Porto do Capim	59
Comunidades quilombolas	60
Os ciganos de Sousa	61
1.7- ARTICULAÇÃO COM OS PODERES	62

RELATÓRIO ANUAL DPE - PB | BIÊNIO 2019 / 2020

6

Reunião Interpoderes.....62

Defensoria recebe repasse do duodécimo integral pela primeira vez desde a sua autonomia.....63

Defensoria entra na pauta do Jornal A União.....66

Parceria renovada com a Câmara de Vereadores de João Pessoa.....67

DPG se reúne com presidente da ALPB para discutir projetos da Defensoria.....68

Parlamentares visitam a Defensoria para firmar parcerias e colocar mandato à disposição.....69

Deputado Julian Lemos destina R\$ 3,3 milhões a projeto da Defensoria Pública.....71

Ricardo Barros participa de reunião com o presidente do Senado em Brasília.....73

Presidente do TJPB visita Defensoria.....74

Atuação conjunta.....75

Equipamentos de informática cedidos pelo TJ agilizam atendimento da DPE.....77

Dia do Defensor Público é incluído no Calendário do Judiciário.....77

2. A PANDEMIA E SEUS DESAFIOS.....78

2.1 ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL.....79

2.2 ATENDIMENTO REMOTO.....80

2.3 AMPLIAÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS.....82

2.4 DOAÇÕES E PARCERIAS.....89

DPE cria selo de Responsabilidade Social.....89

Estudo do Labimec é referência para ações da DPE na pandemia.....92

Defensoria e AC Social se unem para atender população vulnerável.....93

Parceria com Vara Mista de Patos e Prefeitura Municipal resulta na destinação de máscaras na pandemia.....95

2.5 LIVES E A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS.....96

2.6 PROTOCOLO DE RETORNO DAS ATIVIDADES.....98

3. VALORIZAÇÃO DO DEFENSOR PÚBLICO.....100

3.1 ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA FOLHA.....101

3.2 PAGAMENTO DE DIFERENÇAS.....102

3.3 AUMENTO DO AUXÍLIO.....102

3.4 PROMOÇÕES.....103

3.5 INCENTIVO À CAPACITAÇÃO.....104

4. GESTÃO RESPONSÁVEL.....106

4.1 ECONOMIA.....107

Segurança armada.....107

Locação de veículos.....108

Locação de imóveis.....108

Redução mensal com internet.....109

4.3 CENSO DO SERVIDOR.....110

4.4 GRAVAÇÃO DE TRANSMISSÃO AO VIVO DE PREGÕES PRESENCIAIS.....111

4.5 PRÉDIO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA DPE É INCORPORADO AO PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO.....112

4.6 SEDE SERÁ AMPLIADA E MODERNIZADA EM 2021.....114

4.7 DEFENSORIA COBRA REPARAÇÃO NO ORÇAMENTO E SUPLEMENTAÇÃO.....116

5. INSTITUCIONAL.....118

5.1 PARAÍBA COMPLETA 60 ANOS DE ATUAÇÃO EM DEFESA DOS MAIS NECESSITADOS.....119

Seminário de Debates sobre Violência contra a Mulher.....120

Capacitação do PPCAAM.....120

Fórum de debates O Despertar do Direito.....121

Jornada contra a LGTBfobia.....121

5.2 MEDALHA AIRTON CORDEIRO.....122

5.3 SESSÃO DO CONSELHO SUPERIOR É REALIZADA EM CAMPINA GRANDE.....124

5.4 NOVOS DEFENSORES.....125

5.5 REUNIÃO DO CONDEGE.....126

5.8 DEFENSORIA PROMOVE AÇÃO SOCIAL COM DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS À AC SOCIAL.....128

5.6 DPE SEDIA REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE OUVIDORIAS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS.....130

5.7 CONSELHO SUPERIOR EMPOSSA NOVA OUVIDORA.....131

Saudades.....132

RELATÓRIO ANUAL DPE - PB | BIÊNIO 2019 / 2020

7



Um biênio marcado pela superação

O presente Relatório reúne e nos dá a oportunidade de prestar contas acerca das mais significativas ações administrativas e institucionais desenvolvidas durante o biênio 2019/2020, em que tivemos a honra de conduzir os destinos da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.

Se fôssemos resumir tudo numa só palavra, esta seria superação, diante das adversidades enfrentadas nesse período, a exemplo da limitação orçamentária e, sobretudo, dos efeitos da pandemia da Covid-19, que comprometeu, em termos de realizações, quase todo o nosso segundo ano de gestão.

Ainda assim, a retrospectiva evidencia um saldo muito positivo, pois conseguimos dar prosseguimento às obras de reforma física e estrutural do prédio onde funcio-

na a nossa Sede Administrativa; asseguramos recursos para a ampliação da Sede, cujo projeto está pronto e prevê a construção de um novo prédio em 2021; garantimos recursos de emendas parlamentares para investir na atuação da Defensoria Pública; fomos obrigados a nos reinventar da noite pro dia, investindo na implantação de uma nova ferramenta de comunicação e em suprimentos de informática para garantir que o atendimento e a prestação de assistência jurídica gratuita aos assistidos da Defensoria não sofressem solução de continuidade durante a pandemia.

Em janeiro de 2019, quando assumi o honroso cargo de defensor público-geral, jamais imaginaria passar por uma crise de dimensão mundial. Trabalhamos ao longo de 2019 focados na reparação do

subsídio da categoria que, mesmo diante do expressivo crescimento da instituição, ainda amarga profunda desvalorização salarial. Hoje, é indiscutível o reconhecimento da Defensoria Pública pelos órgãos públicos e pela sociedade, especialmente diante dos inúmeros requerimentos de comparecimento da instituição em ações realizadas pelos Poderes e pela sociedade civil.

Construímos pontes, fizemos economias, mostramos que a valorização do defensor público é urgente, mas o momento de colher os frutos desse trabalho foi adiado pelo surgimento da Covid-19. O enfrentamento à pandemia exigiu sacrifícios de todos e não seria diferente com nós, servidores públicos. O nosso propósito, contudo, segue firme, aguardando o momento em que poderá ser consolidado. Enquanto isso, mantemos a fé em Deus e confiamos na ciência para que essa grave crise sanitária que assola o mundo logo seja superada.

Encerramos essa breve apresentação, externando os sentimentos do dever cumprido e de gratidão. A Deus,

por nos ter dado força e sabedoria; à subdefensora pública-geral Madalena Abrantes e ao corregedor-geral Alípio Bezerra, pelo apoio e dedicação em torno de um objetivo comum; aos defensores públicos e defensoras públicas, bem como aos servidores (as) por terem compreendido e incorporado nossa filosofia de trabalho.

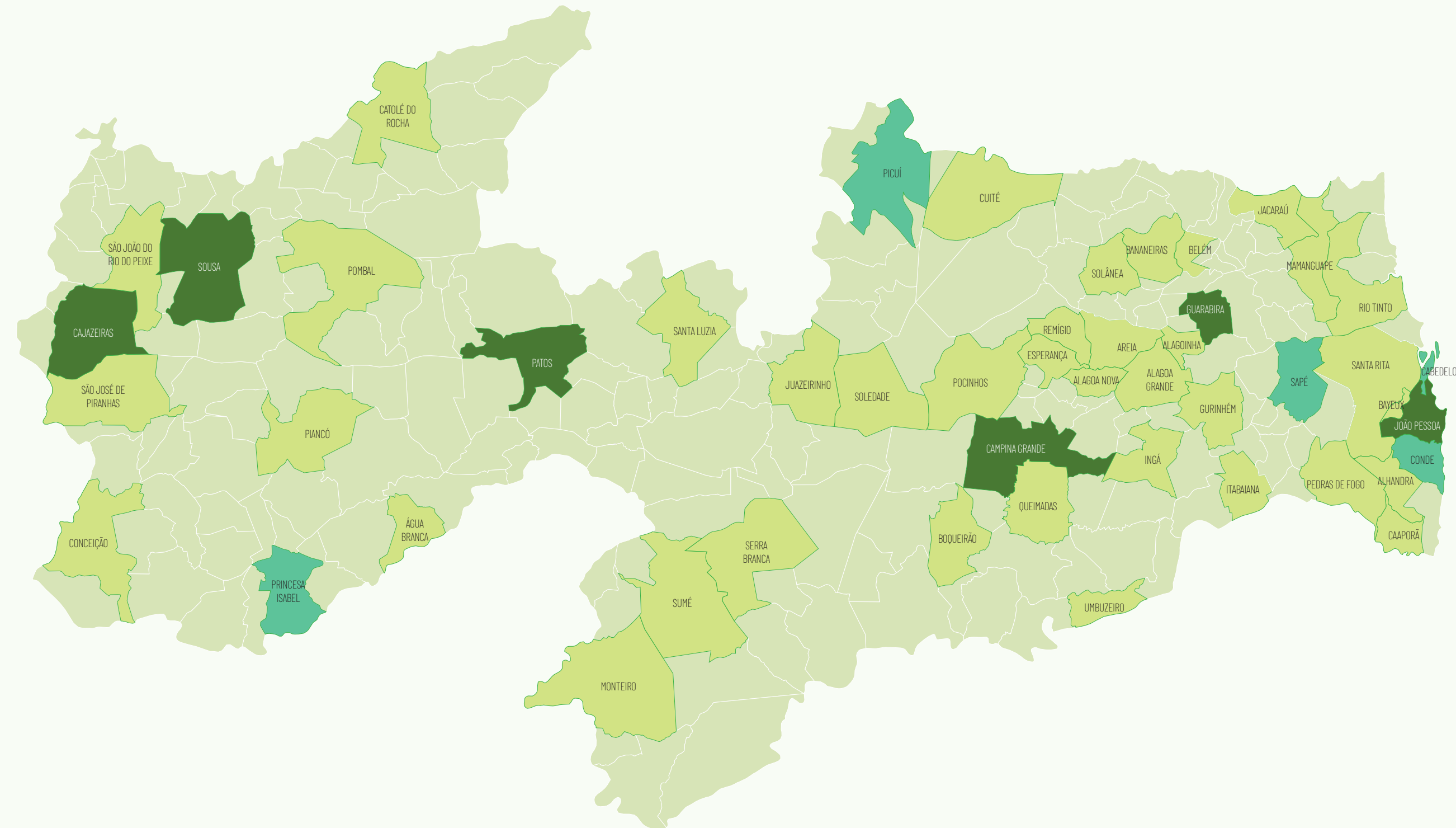
Ricardo José Costa Souza Barros
Defensor Público-Geral da Paraíba



Da esquerda para a direita, o corregedor-geral José Alípio Bezerra de Melo, o defensor público-geral da Paraíba Ricardo José Costa Souza Barros e a subdefensora pública-geral da Paraíba Maria Madalena Abrantes Silva

PRESENÇA DA DEFENSORIA NO ESTADO

- Núcleos Regionais de Atendimento (06)
- Sedes de Atendimento (05)
- Atendimento dentro dos fóruns (38)



Relação dos Defensores Públicos do Estado da Paraíba

ACRISIO ALVES DE ALMEIDA
ADMILSON VILLARIM FILHO
ADRIANA RIBEIRO BARBOZA
ADRIANO MEDEIROS BEZERRA CAVALCANTI
ALBA NEIDE MAXIMO DA SILVA
ALBERTO JORGE DANTAS SALES
ALDACI SOARES PIMENTEL
ALEXANDRE MOURA RIBEIRO
ALICE ALVES COSTA ARANHA
ALINE ARAUJO SALES DA SILVA
ALINE MOTA DE OLIVEIRA
AMANDA GURGEL ROCHA
ANA ELIZABETH GOMES SCHIMMELPFENG
ANA PAULA MIRANDA DOS SANTOS DINIZ
ANAIZA DOS SANTOS SILVEIRA
ANDERSON ARAUJO
ANDRE LUIZ PESSOA DE CARVALHO
ANGELA MARIA DANTAS LUTFI DE ABRANTES
ANTONIO ALBERTO COSTA BATISTA
ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES
ANTONIO DE PADUA FERNANDES
ANTONIO LAURINDO PEREIRA
ANTONIO NERY DE LUNA FREIRE
ANTONIO OSMAN XAVIER DA ROCHA
ANTONIO PEREIRA BORBA
ANTONIO ROBERTO DE FARIA
ANTONIO RODRIGUES DE MELO
ARGEMIRO QUEIROZ DE FIGUEIREDO
ARIANE DE BRITO TAVARES
ARLAND DE SOUZA LOPES
BERTHEZENE BARROS DA CUNHA LIMA MARTINS
BRUNO ROMANO DO AMORIM GAUDENCIO
CARDINEUZA DE OLIVEIRA XAVIER
CARLOS ANTONIO ALBINO DE MORAIS
CARLOS ROBERTO BARBOSA
CARMEN NOUJAIM HABIB NACAD EL-KOURE

CAROLLYNE ANDRADE SOUZA
CATARINA MARTA MONTENEGRO GUIMARAES
CHARLES GOMES PEREIRA
CLAUDIO DE SOUSA BARRETO
CLAYVNER CAVALCANTI DE MAGALHAES MAURICIO
CLEIDE MARQUES PATRICIO DA COSTA
CONCEICAO DE LOURDES B. ARCOVERDE
CORIOLANO DIAS DE SA FILHO
DAMIANA DE ALMEIDA FREITAS OLIVEIRA
DELANO ALENCAR LUCAS DE LACERDA
DIANA RANGEL PICCOLI
DIOGO AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE
DIRCEU ABIMAEI DE SOUZA LIMA
DULCE ALMEIDA DE ANDRADE
DURVAL DE OLIVEIRA FILHO
EDSON FREIRE DELGADO
EDUARDO MARTINHO GUEDES PEREIRA
ELENICE DE FRANCA LEMOS
ELIANE MENEZES CAVALCANTI
ELISABETH TELES PIMENTEL
ELISETE DA CUNHA PEREIRA
ELIZABETH MIRANDA DE OLIVEIRA
ELSON PESSOA DE CARVALHO
ELZA REGIS DE OLIVEIRA LIMA
ENRIQUIMAR DUTRA DA SILVA
FABIO LIBERALINO DA NOBREGA
FELIPE AUGUSTO ALCANTARA MONTEIRO TRAVIA
FELISBELA MARTINS DE OLIVEIRA
FERNANDA FERREIRA BALTAR
FERNANDA PEDROSA TAVARES COELHO
FERNANDA PERES DA SILVA
FERNANDA PORTO DE ARAUJO LIMA
FERNANDO ENEAS DE SOUZA
FILIPE PINHEIRO MENDES
FRANCISCA DAS CHAGAS QUEIROGA
FRANCISCA DE FATIMA P. ALMEIDA DINIZ

FRANCISCO DE ASSIS COELHO
FRANCISCO FREIRE DE FIGUEIREDO FILHO
FRANCISCO LOPES DE LACERDA
GABRIELA FERNANDES CORREIA LIMA
GERARDO LINS RABELLO SOBRINHO
GERCILENA SUCUPIRA MEIRA
GILBERTO MAGALHAES DA SILVA
GILDIVAN LOPES DA SILVA
GILVAN DE ALCANTARA GUSMAO
GIZELDA GONZAGA DE MORAES
GLAUCIA AMELIA SILVEIRA BARBOSA
HAGLAY GLEIDE DE BRITO BARROS
HERCILIA MARIA RAMOS REGIS
IARA BONAZZOLI
IRICELMA BEZERRA C. DE ALBUQUERQUE
ISABEL BEATRIZ GOMES DE SOUZA
ISABEL CARLOS ROCHA
JEZIEL MAGNO SOARES
JOANA DARK LACERDA
JOAO BATISTA DE SOUZA
JOAO GAUDENCIO DINIZ CABRAL
JOCEL JANDERLHEI ALVES DE FREITAS
JOSE ADAMASTOR M. DE QUEIROZ MELO
JOSE AILTON GOMES DE SOUZA
JOSE ALIPIO BEZERRA DE MELO
JOSE BERNARDINO NETO
JOSE CELESTINO TAVARES DE SOUZA
JOSE FERNANDES DE ALBUQUERQUE
JOSE GERARDO RODRIGUES JUNIOR
JOSE JOAO DE MIRANDA FREIRE JUNIOR
JOSE LUIZ DA SILVA
JOSE REGIS DA SILVA
JOSE WILLAMI DE SOUSA
JOSEFA ELIZABETE PAULO BARBOSA
JOSEMARA DA COSTA SILVA
JULITA COSTA ARANHA

JUSSARA MARIA DA SILVA LEMOS
KATIA LANUSA DE SA VIEIRA
KLEBIA MARIA LUDGERIO BORBA
LAIS DE QUEIROZ NOVAIS
LAURA NEUMA CAMARA BONFIM SALES
LEDA MARIA MEIRA
LUCAS SOARES AGUIAR
LUCIA DE FATIMA FREIRES LINS
LUIZ ANTONIO MARQUES FARIAS
LUIZ GUEDES MONTEIRO FILHO
LUIZ HUMBERTO DA SILVA
LUZIA APARECIDA CAVALCANTI SILVA
LYCIA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO
LYDIANA FERREIRA CAVALCANTE
MANFREDO ESTEVAM ROSENSTOCK
MARCEL JOFFILY DE SOUZA
MARCONI CHIANCA
MARCOS ANTONIO MACIEL DE MELO
MARCOS ANTONIO MEDEIROS GUIMARAES
MARCOS FREITAS PEREIRA
MARCOS JOSE DE BRITO SOUTO
MARCUS ANTONIO GERBASI
MARIA ANGELA AMARAL DI LORENZO
MARIA AUXILIADORA DE JESUS
MARIA AUXILIADORA TARGINO DE ARAUJO
MARIA DA CONCEICAO AGRA CARIRI
MARIA DA GLORIA OLIVEIRA DA SILVA
MARIA DA PENHA CHACON
MARIA DAS GRACAS FIGUEIREDO DE MORAES
MARIA DAS GRACAS LACERDA
MARIA DAS GRACAS VIANA RAMOS
MARIA DE FATIMA ANDRADE DE SOUSA
MARIA DE FATIMA ARAUJO R. DE MELO
MARIA DE FATIMA AZEVEDO
MARIA DE FATIMA DE LISBOA
MARIA DE FATIMA DE SOUSA DANTAS
MARIA DE FATIMA FERNANDES BATISTA
MARIA DE FATIMA MARQUES

MARIA DE FATIMA PESSOA FERREIRA BARBOSA
MARIA DE GUADALUPE BEZERRA SILVA
MARIA DE LOURDES ARAUJO MELO
MARIA DE LOURDES S. PONTES
MARIA DO ROSARIO LIMA
MARIA DO ROSARIO LIMA SILVA
MARIA DO SOCORRO TAMAR ARAUJO
MARIA DOS REMEDIOS MENDES OLIVEIRA
MARIA ELIANE A. DE ALBUQUERQUE
MARIA ELIZABETH MORAIS PORDEUS
MARIA FAUSTA RIBEIRO
MARIA GORETTI PEREIRA DE OLIVEIRA
MARIA JUVINETE ANACLETO
MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
MARIA SILVONETE RODRIGUES DO NASCIMENTO
MARIA VALERIANO DE OLIVEIRA MARQUES
MARIANE OLIVEIRA FONTENELLE
MARISE PIMENTEL FIGUEIREDO LUNA
MARIZETE BATISTA MARTINS
MERCIA MARIA ARAUJO LIMA
MESSIAS DELFINO LEITE
MONALIZA MAELLY FERNANDES MONTINEGRO
MOZENEIDE VIEIRA LOPES
NADJA SOARES BAIA
NALARA ANTUNES DELA BIANCA
NEIDE LUIZA VINAGRE NOBRE
NERIVALDO ALVES DA SILVA
ODINALDO ESPINOLA
ODIVIO NOBREGA DE QUEIROZ
ODONILDO DE SOUSA MANGUEIRA
OTAVIO GOMES DE ARAUJO
OTAVIO NETO ROCHA SARMENTO
PAULA FRASSINETTE HENRIQUES DA NOBREGA
PAULA REIS ANDRADE
PAULO FERNANDO TORREAO
PAULO ROBERTO DE AQUINO NEPOMUCENO
PAULO SERGIO GARCIA DE ARAUJO
PAULO SERGIO LYRA PEREIRA DA SILVA

PEDRO MUNIZ DE BRITO NETO
PHILIPPE MANGUEIRA DE FIGUEIREDO
RAISSA PACIFICO PALITOT REMIGIO
REGINALDO DE SOUSA RIBEIRO
RICARDO JOSE COSTA SOUZA BARROS
RISALBA CAVALCANTI DE LIMA
RIZALVA AMORIM DE OLIVEIRA SOUSA
ROBERTO GOMES LOPES
ROBERTO SAVIO DE CARVALHO SOARES
ROMERO VELOSO DA SILVEIRA
ROSA MARIA ELIAS SILVA
ROSANGELA MARIA MEDEIROS BRITO
ROSENILDA MARQUES DA SILVA
RYVEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO
SEMI RAMES ABILIO DINIZ
SEVERINO BADU DE ARAUJO
SEVERINO NUNES DE LUCENA
SONIA MARIA CARVALHO DE SOUZA
SONIA REGIS VITAL MAIA
SYLVIO PELICO PORTO FILHO
TANIA VIEIRA BARROS
TELMA DE CARVALHO PAIVA
TEREZA LIZIEUX FEITOSA LIRA
TEREZINHA ALVES ANDRADE DE MOURA
TEREZINHA DE JESUS M. UGULINO SEVERO
VALERIA CLEMENTINO DE ALMEIDA LUNA
VALERIA LOPES ONOFRE VITA
VALERIA MARIA SOLANO MACEDO DA FONSECA
VANILDO OLIVEIRA BRITO
VERA LUCIA FERREIRA MARQUES CARREIRO
VERA LUCIA MARQUES BRAGA
VICENTE ALENCAR RIBEIRO
VIRGULINO DE MEDEIROS NETO
WALACE OZIREZ COSTA
WALDELITA DE LOURDES DA CUNHA FARIAS RODRIGUES
WALNIR ONOFRE HONORIO
WILMAR CARLOS DE PAIVA LEITE

1. ATUAÇÃO E EXPANSÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA



1.1 NOVAS INSTALAÇÕES, MELHORIAS E REFORMAS

Neste biênio, apesar das dificuldades orçamentárias e das limitações impostas pela pandemia de Covid-19, a Defensoria Pública do Estado seguiu melhorando suas instalações e ganhando espaço próprio no interior do estado. Três dos seis Núcleos Regionais de Atendimento mudaram de endereço, proporcionando mais conforto para defensores e assistidos e gerando economia para a instituição; novas Sedes de Atendimento foram inauguradas em Sapé e no Conde, além de uma nova Sala no Fórum Cível de João Pessoa. Também foram feitas melhorias nos espaços destinados à DPE-PB no Presídio do Róger, no atendimento das Varas de Família no Fórum Cível e na Sala da DPE no Fórum Cível de Campina Grande.

Sede Administrativa da DPE-PB

A gestão conduzida pelo DPG Ricardo Barros em 2019/2020 iniciou e concluiu a primeira fase da reforma da Sede Administrativa da instituição, realizada com recursos provenientes de convênio firmado em 2018 com o Ministério Público do Trabalho (MPT), através do procurador Eduardo Varandas. O valor investido na obra - um total de R\$ 363,9 mil - foi doado ainda na gestão conduzida pela atual subdefensora geral, Madalena Abrantes (2017/2018), a partir de um pleito feito pelo defensor público e conselheiro da instituição, Gerardo Rabello.

Com a nova fachada, o acesso à Sede Administrativa da DPE-PB, que ocorria pela Rua Monsenhor Walfredo Leal, foi modificado para a Rua Deputado Barreto Sobrinho.



A fachada da Sede Administrativa ganhou vidro temperado verde, pavimentação com blocos intertravados e estacionamento exclusivo para portador de deficiência física e/ou idoso





O sistema de segurança foi reforçado com a instalação de grades externas automatizadas



A garagem destinada exclusivamente aos veículos oficiais foi readequada



Gabinete do DPG ganhou piso cerâmico e melhorias

A reforma da Sede também melhorou o acesso à recepção, com a instalação de cobertura na área externa



O Controle Interno também ganhou sala nova, aproximando-se dos demais setores administrativos e do Gabinete do DPG



Com a reforma, os setores Geati e Gepof se aproximaram de outros setores administrativos, com salas dispostas em layout que obedece a tramitação dos processos



Os quatro banheiros do prédio da antiga escola foram reformados e a casa da Rua Barreto Sobrinho ganhou novos banheiros



Com a nova distribuição dos setores, a Subdefensoria Pública-Geral também se aproximou do Gabinete do DPG, com sala reformada



O Galpão de Armazenamento de material permanente, que antes ficava em prédio alugado, foi transferido para o prédio Sede em espaço reformado, gerando uma economia mensal de R\$ 3 mil



Os setores de Patrimônio, Manutenção, Transporte e a Sala de Motoristas também foram completamente reformados



A Sede Administrativa ganhou uma copa espaçosa e refrigerada. A casa da Rua Barreto Sobrinho recebeu pintura em todas as paredes externas e internas

Núcleo de Atendimento de João Pessoa

O Núcleo de Atendimento da DPE-PB em João Pessoa ocupou em outubro de 2019 o prédio histórico da antiga Faculdade de Direito, localizado na Praça dos Três Poderes, Centro da Capital. Além da economia com aluguel, a mudança facilitou o acesso às pessoas que necessitam dos serviços da Defensoria.

A cessão do prédio é fruto de um convênio com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O espaço também abriga o Núcleo de Mediação em Saúde, a Coordenadoria da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos e a Câmara de Mediação e Conciliação.



Núcleo de Atendimento de Patos

Em Patos, o Núcleo Regional de Atendimento mudou de endereço, passando a funcionar na Rua Fenelon Bonavides, 285, bairro Brasília. A mudança se deu em razão do aumento da demanda e chegada de novos defensores públicos na comarca. Em média, cerca de 40 assistidos procuram a DPE todos os dias na cidade. O novo prédio possui cinco salas de atendimento e uma para agendamento. Também dispõe de espaço para a realização de cursos e palestras.



Núcleo de Atendimento de Guarabira

O Núcleo Regional da DPE-PB em Guarabira mudou de endereço em 2020, passando a funcionar na Av. Dom Pedro II, 197, Centro. As novas instalações foram entregues pelo DPG Ricardo Barros e contou com as presenças da subdefensora pública-geral Madalena Abrantes; do deputado estadual Raniery Paulino; do ex-governador Roberto Paulino; do presidente da Associação Paraibana dos Defensores Públicos, Fábio Liberalino; e dos defensores públicos que atuam no Núcleo, Marcos Maciel, Paulo Sérgio,

Odonildo Mangueira e João Batista.

A mudança otimizou recursos e proporcionou mais conforto a defensores públicos, estagiários e assistidos. A cessão do prédio pelo

Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (Ipep) foi autorizada pelo Governo do Estado e gerou uma economia de cerca de R\$ 35 mil por ano com despesas de aluguel, água e energia.



Sapé ganha Sede de Atendimento

Quando os atendimentos presenciais forem retomados na cidade de Sapé, os defensores e assistidos da comarca contarão com um espaço amplo e confortável para atendimento. A casa do destinada à antiga residência do juiz, onde funcionou o Ministério Público estadual nos últimos anos, foi cedida à Defensoria pelo TJPB para a instalação de mais uma Sede de Atendimento fora dos fóruns. Além dos moradores de Sapé, também são atendidos pela comarca os cidadãos de Mari, Riachão do Poço e Sobrado.

A nova Sede da Defensoria casa fica localizada na Rua Padre Zeferino Maia, S/N, Centro. Atualmente, atendem nas varas de Sapé os defensores públicos Aline Sales, Antônio Nery de Luna e Naiara Dela Bianca.



Nova Sala de Atendimento do Conde

Com a transferência do Fórum do Conde para o interior do Shopping Conde, a Defensoria Pública assumiu as despesas com sua Sala de Atendimento, que antes funcionava dentro do fórum. A DPE acompanhou a mudança e também se instalou dentro do shopping, que fica situado na PB-018, S/N, Planalto Nossa Senhora da Conceição.



Salas de Atendimento no Fórum Cível da Capital

A sala de atendimento da DPE-PB no 2º andar do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, em João Pessoa, foi reformada e passou a contar com mais espaço e conforto no atendimento ao assistido. A sala é destinada aos atendimentos das sete varas de Família, feitos atualmente por 14 defensores públicos, e recebe diariamente cerca de 50 assistidos.

Com a reforma, a divisória que separava o espaço em duas salas foi retirada e o ambiente organizado em “colméias”, facilitando o atendimento e a integração entre os defensores. A direção do Fórum Cível cedeu alguns metros, possibilitando a ampliação do espaço.



Poder Judiciário cedeu mais espaço do Fórum para ampliação da sala



Reforma foi entregue no dia 5 de fevereiro de 2019



Em março de 2020, o DPG Ricardo Barros entregou mais um espaço destinado ao atendimento da Defensoria Pública dentro do Fórum Cível de João Pessoa. A sala localizada no térreo do prédio era um pleito antigo dos defensores públicos para atendimento dos jurisdicionados e acompanhamento dos processos que tramitam nas Varas Cíveis.



Espaço foi cedido pelo Poder Judiciário, através do diretor do Fórum, o juiz Carlos Sarmento

Sala de Atendimento no Fórum Cível de Campina Grande

Em Campina Grande, os defensores públicos que atuam no Fórum Cível Affonso Campos ganharam uma nova Sala de Atendimento. O espaço que a Defensoria ocupava anteriormente foi entregue à administração do Fórum, que cedeu uma sala maior. O espaço foi completamente reformado e adaptado às necessidades dos defensores e seus assistidos, com investimento em computadores, divisórias, birôs, cadeiras, entre outros.



Sala de Atendimento no Presídio do Roger

Sala de Atendimento na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega (Presídio do Róger), em João Pessoa, recebeu uma série de melhorias em sua estrutura física. Onze defensores públicos atuam no presídio, onde prestam assistência jurídica a cerca de mil assistidos. O espaço de aproximadamente 15m² ganhou portas e janelas novas, pintura, ar condicionado, reparo e ampliação nas instalações elétricas, melhorias na iluminação e no banheiro.



1.2 PRODUTIVIDADE

Mesmo com as limitações impostas pela pandemia da Covid-19, os dados da Corregedoria mostram que a Defensoria Pública não parou em 2020. No ano anterior, os defensores pú-

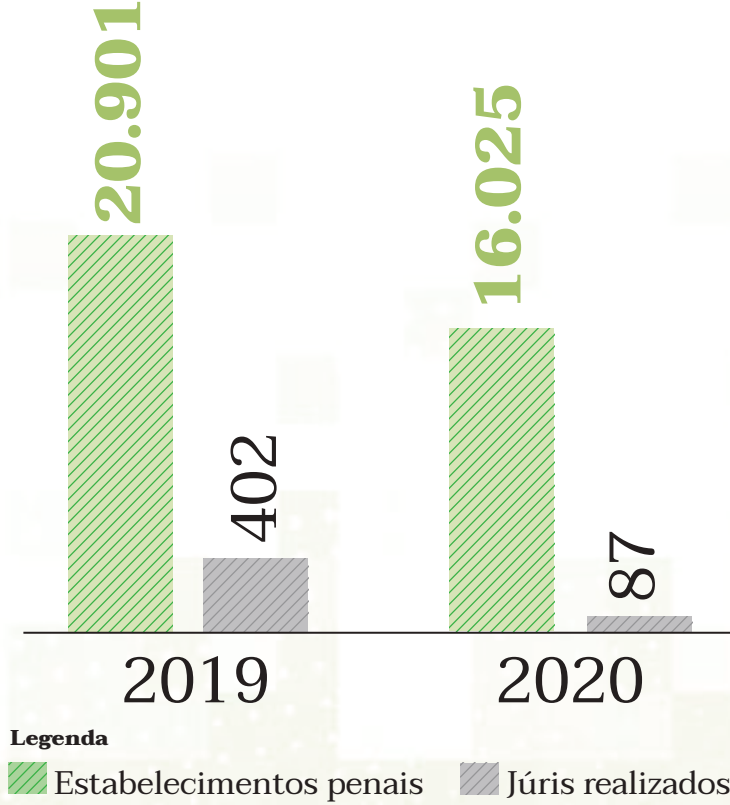
blicos superaram a marca dos 180 mil procedimentos em todo o estado. O ano de pandemia foi atípico, mas a Defensoria venceu desafios, ampliando consideravelmente o volume de ações coletivas, bem como a atuação do Núcleo de Mediação e Conciliação.

POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Área	2019	2020
CÍVEL	40.981	24.097
CRIMINAL	77.543	39.480
FAMÍLIA	57.297	25.239
FAZ. PÚBLICA	6.622	6.256

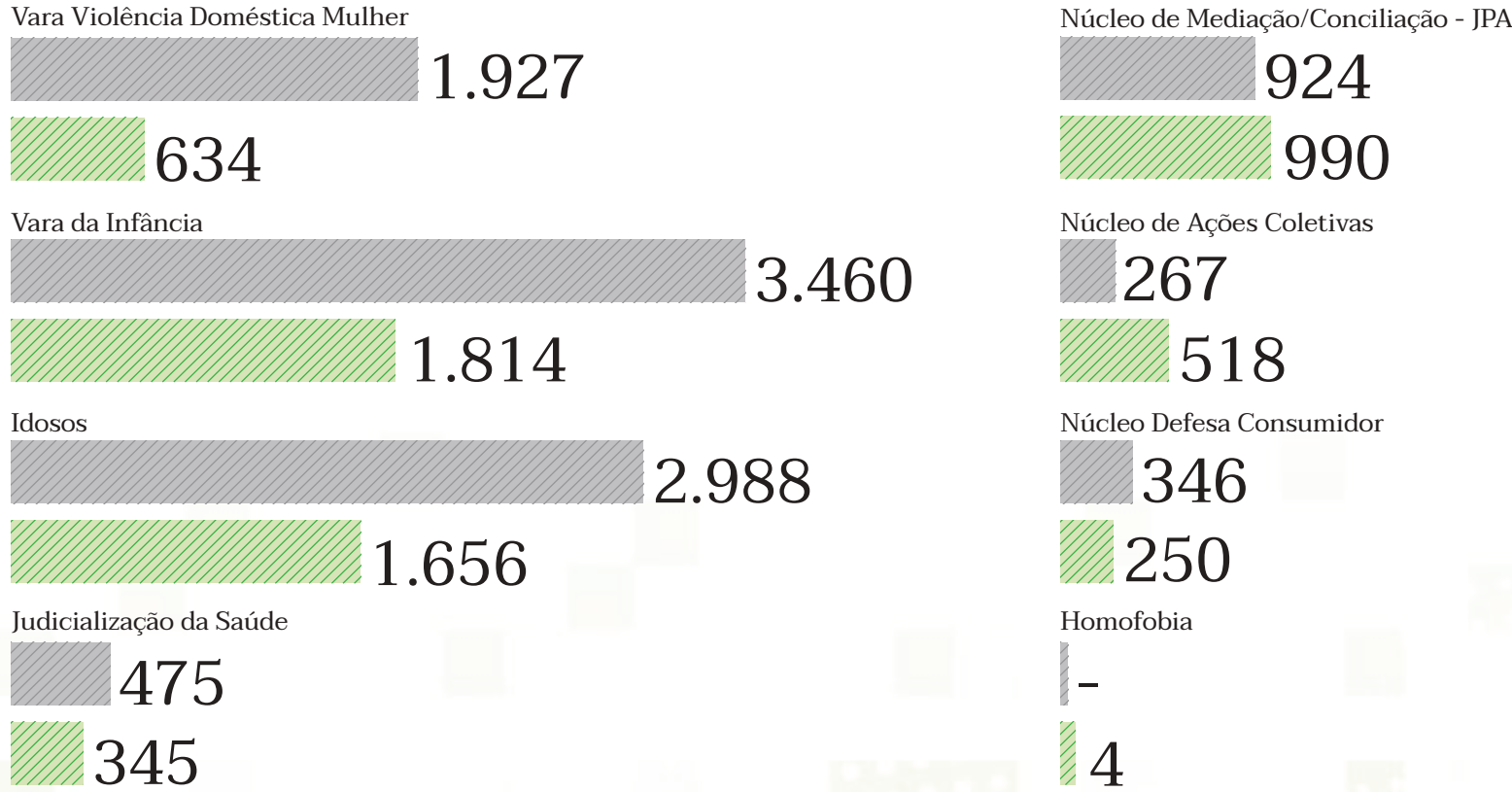
*Dados relativos ao período de janeiro de 2019 a outubro de 2020

EXECUÇÃO PENAL



Legenda
■ Estabelecimentos penais ■ Júris realizados

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO



Legenda
■ 2019 ■ 2020

*Dados relativos ao período de janeiro de 2019 a outubro de 2020

1.3 NÚCLEO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (Necid)

Voltado à defesa dos direitos coletivos e individuais, o Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania (Necid) teve um papel fundamental durante o biênio 2019/2020, especialmente durante a pandemia de Covid-19.

Além da consolidação das coordenadorias li-

gadas ao Necid de João Pessoa, um novo Necid foi criado em Campina Grande, ampliando a atuação em direitos humanos e cidadania para o interior do estado, especialmente no que diz respeito às ações coletivas. Em João Pessoa, as demandas de discriminação racial e intolerância religiosa ganharam atuação especializada.



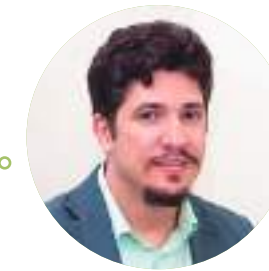
O defensor público Manfredo Rosenstock coordena o Necid em João Pessoa, acumulando a coordenação do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon)



Em Campina Grande, o Necid é coordenado pelo defensor público Marcel Joffily e conta com a atuação dos DPs Philippe Mangueira e Marcos Freitas



Marcel Joffily



Marcos Freitas



Philippe Mangueira



As defensoras públicas Lydiana Cavalcante e Lycia do Nascimento foram designadas para o atendimento especializado em demandas de discriminação racial e intolerância religiosa, respectivamente.



Lycia do Nascimento



Lydiana Cavalcante

COORDENADORIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DA CIDADANIA E DE AÇÕES COLETIVAS

Núcleo da DPE vem ao Sertão e constata violações de direitos humanos em comunidades

Núcleo constata violações à saúde e educação em Sousa, Comunidade Cigana também foi atendida



Uma equipe do Núcleo Especial dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em conjunto com a equipe de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizou uma visita de trabalho às comunidades de Sousa, no Sertão para verificar a situação da saúde e educação. A equipe também realizou uma reunião com a comunidade Cigana, que vive no periferia de Sousa, para discutir a situação da comunidade e a necessidade de ações coletivas.

Defensoria pede suspensão de demolições no Porto do Capim, em João Pessoa, durante pandemia

Defensoria pede suspensão de demolições de casas no Porto do Capim, em João Pessoa, durante a pandemia de COVID-19, alegando que as demolições são ilegais e que as casas são necessárias para a população local.



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) pediu a suspensão das demolições de casas no Porto do Capim, em João Pessoa, durante a pandemia de COVID-19. A DPE-PB alega que as demolições são ilegais e que as casas são necessárias para a população local, especialmente para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

COORDENADORIA DE DEFESA DA MULHER

Defensoria Pública realiza Seminário de Debates sobre Violência contra a Mulher

Seminário de Debates sobre Violência contra a Mulher, realizado pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba, com a participação de especialistas e representantes da sociedade civil.



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba realizou um Seminário de Debates sobre Violência contra a Mulher, com a participação de especialistas e representantes da sociedade civil. O seminário abordou temas como a prevenção da violência, o acesso à justiça e o papel da Defensoria Pública na defesa dos direitos das mulheres.

DPE-PB participa da campanha 'Não é Não, Também no São João'

DPE-PB participa da campanha 'Não é Não, Também no São João', promovida pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para conscientizar a população sobre a importância da acessibilidade e da inclusão social.



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) participou da campanha 'Não é Não, Também no São João', promovida pelo Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A campanha visa conscientizar a população sobre a importância da acessibilidade e da inclusão social, especialmente durante o período do São João.

COORDENADORIA DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DPE-PB oficializa shoppings de JP e CG para acessibilidade

DPE-PB oficializa shoppings de JP e CG para acessibilidade, promovendo a inclusão social e a participação das pessoas com deficiência e idosos.



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) oficializou shoppings de acessibilidade em João Pessoa (JP) e Campina Grande (CG). O objetivo é promover a inclusão social e a participação das pessoas com deficiência e idosos, garantindo-lhes o acesso a serviços e produtos essenciais.

DPE-PB promove curso de capacitação no SPAM

DPE-PB promove curso de capacitação no SPAM, visando a qualificação dos profissionais que atuam na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e idosos.



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) promoveu um curso de capacitação no SPAM (Sistema de Proteção à Pessoa com Deficiência). O curso visa qualificar os profissionais que atuam na defesa dos direitos das pessoas com deficiência e idosos, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

COORDENADORIA DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ação vai regularizar certidões de crianças sem pai no registro

Ação vai regularizar certidões de crianças sem pai no registro, promovendo a inclusão social e a participação das crianças e adolescentes.



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) promoveu uma ação para regularizar as certidões de nascimento de crianças sem pai no registro. A ação visa garantir o acesso das crianças e adolescentes aos serviços públicos e sociais, promovendo a inclusão social e a participação cidadã.

Defensoria promove curso de capacitação no SPAM

Defensoria promove curso de capacitação no SPAM, visando a qualificação dos profissionais que atuam na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) promoveu um curso de capacitação no SPAM (Sistema de Proteção à Pessoa com Deficiência). O curso visa qualificar os profissionais que atuam na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

COORDENADORIA DE MEDIAÇÃO EM SAÚDE

Na Paraíba: Nota Técnica reforça notificação para casos suspeitos do Coronavírus

Secretaria Estadual de Saúde (SES) emite nota técnica (NT) para reforçar a importância da notificação de casos suspeitos de COVID-19.



A reunião realizada na SES em 10 de março de 2020, com a presença de representantes de diversas secretarias e órgãos, reforçou a importância da notificação de casos suspeitos de COVID-19.

DPE é admitida como 'amiga da Corte' em ação que questiona passe livre para pessoas com transtorno mental

A Defensoria Pública do Estado (DPE) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar o passe livre concedido a pessoas com transtorno mental.



PARAIBA.JA

Com apoio de vários órgãos, campanha contra a homofobia é lançada em JP

Evento realizado em parceria com a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba.



Brasil de Fato

LGBTs fazem casamento coletivo nesta quinta-feira (24) em João Pessoa

Evento realizado em parceria com a Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba.



COORDENADORIA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DOS DIREITOS HOMOAFETIVOS

CASAMENTO COLETIVO LGBTQIA+



Um grupo formado por 32 casais oficializaram a união no primeiro casamento coletivo LGBTQIA+ realizado pela Defensoria Pública do Estado em parceria com o Movimento Social de Defesa dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo e Mais.

A cerimônia teve o apoio do Cartório Azevedo Bastos, que se responsabilizou pela emissão das certidões de casamento sem custos para os noivos, além dos profissionais André Luiz (florista) e Daniel Honório (bolo) e da empresa Marriage Doces Finos, que participaram voluntariamente do evento, assim como as cantoras Renata Arruda e Diana Miranda.

Casamento aconteceu no dia 24 de janeiro de 2020, no Teatro Paulo Pontes (Espaço Cultural José Lins do Rego)



Celebração foi conduzida pelo juiz de paz Romero Feitosa



Da esquerda para a direita, o representante do movimento LGBTQIA+, Hugo Raffael Andrade, o defensor público e articulador do evento Gerardo Rabello, o DPG Ricardo Barros, a coordenadora da Diversidade Sexual da DPE Remédios Mendes, a subdefensora geral Madalena Abrantes, e as defensoras públicas Dada Novaes - chefe de Gabinete e Cerimonial - e Elizabeth Miranda



Cerimônia contou com a participação de casais residentes nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Conde, Sapé e Guarabira



Cerimônia foi prestigiada por políticos de João Pessoa, como a deputada Estela Bezerra e o ex-candidato a governador Tarcio Teixeira

1.4 DEFENSORIA ITINERANTE E BALCÕES DE DIREITOS

O projeto de itinerância da Defensoria Pública não deixou de acontecer em 2020, embora tenha sofrido adaptações. O projeto contou com a equipe jurídica e psicossocial do projeto Balcões de Direitos, desenvolvido pela Comissão de Projetos da DPE-PB, coordenada pela defensora pública Josefa Elizabete, e selecionado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) para receber recursos provenientes de ações de execução. A equipe fez atendimento direto à população em cinco cidades. Por causa do distanciamento social, em outras quatro comarcas do estado a equipe atuou nos processos em tramitação a partir da remessa de carga criminal.



MONTEIRO



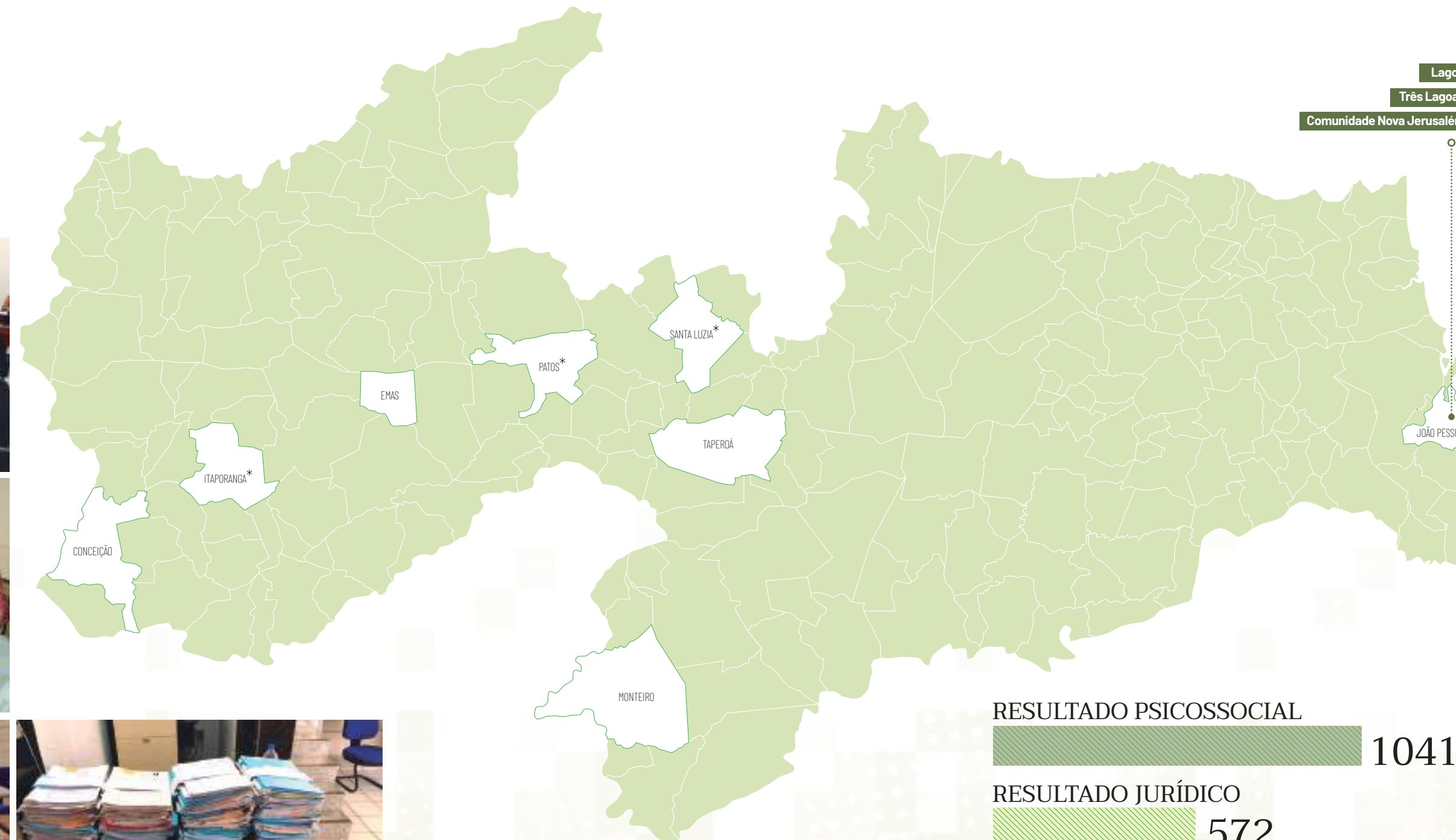
TAPEROÁ



EMAS



PATOS



Comunidade Nova Jerusalém

Lagoa

Três Lagoas

JOÃO PESSOA

RESULTADO PSICOSSOCIAL

1041

RESULTADO JURÍDICO

572

*Carga criminal de ações em andamento

UNIDADES MÓVEIS

Em 2020, os convênios firmados com o Governo Federal para aquisição de unidades móveis nos anos de 2017 e 2018, frutos de emendas parlamentares, foram concretizados com a chegada de um caminhão adaptado e três vans do programa Vans dos Direitos. Todas as unidades atenderão ao projeto Defensoria Itinerante, que tem o objetivo de levar assistência jurídica à população vulnerável, especialmente em localidades distantes dos centros urbanos, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

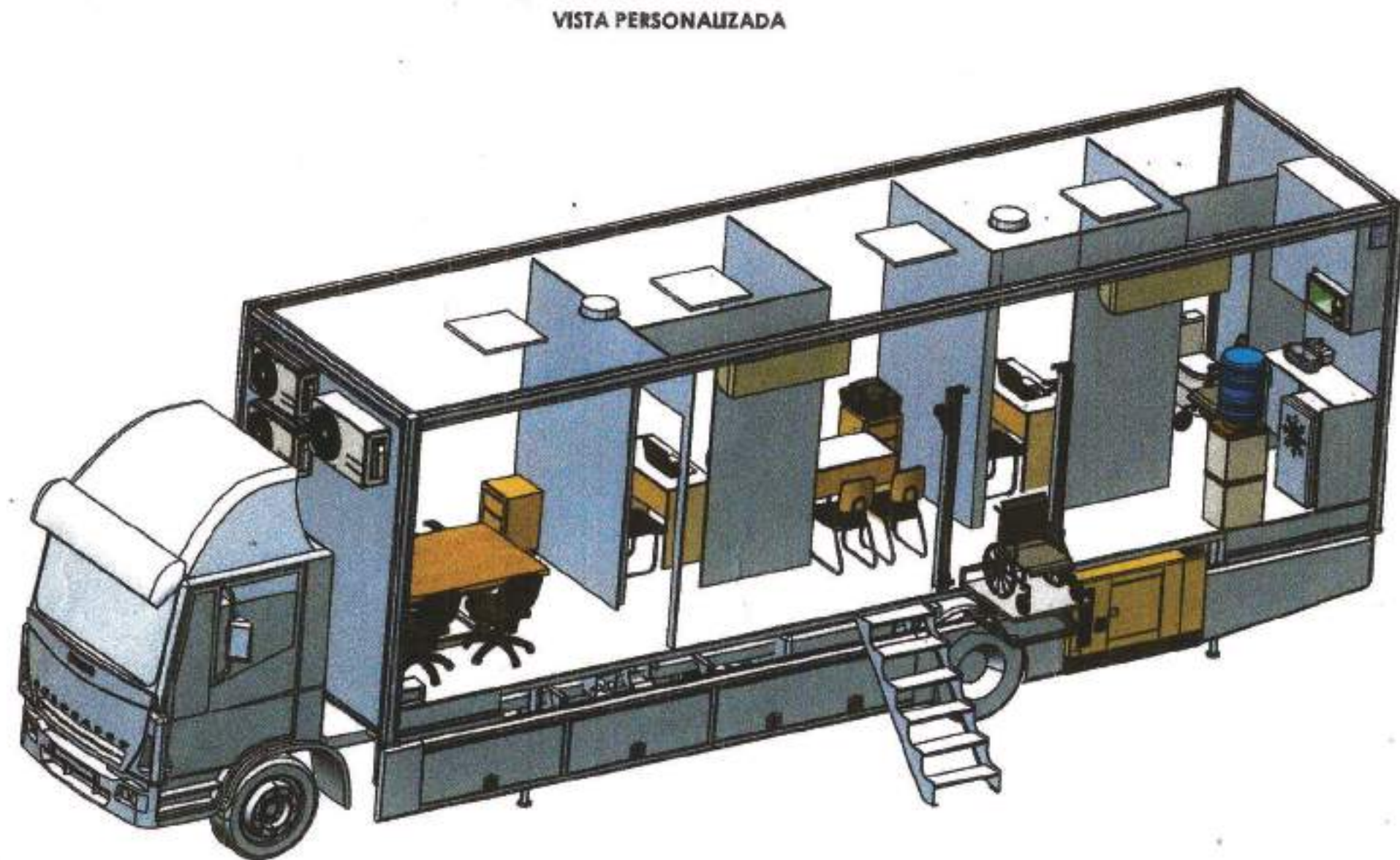
A Defensoria recebeu e já está em fase de adaptação três unidades móveis do programa Vans dos Direitos. Duas delas foram adquiridas com recursos de emendas parlamentares destinadas pelos deputados federais Aguinaldo Ribeiro e Wilson Filho (que exerce atualmente mandato de deputado estadual), em 2018, e a terceira unidade pela Secretaria Nacional de Proteção Global, vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do Governo Federal, em 2019.



Para a aquisição do caminhão dotado de quatro escritórios e uma copa, a DPE celebrou convênio na ordem de R\$ 645 mil com o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), sendo R\$ 500 mil provenientes de emenda parlamentar destinada pelo deputado federal Wellington Roberto e R\$ 145 mil referentes à contrapartida da Defensoria Pública.



*IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA



VISTA PERSONALIZADA

Unidade móvel é climatizada e possui quatro escritórios, banheiro, copa e elevador acessível

1.5 ATUAÇÃO NOS PRESÍDIOS

A Defensoria Pública está presente em aproximadamente 91,8% dos processos que tramitam na área criminal na Paraíba, de acordo com dados de 2019. Dentro dos estabelecimentos penais, a assistência da Defensoria Pública chega a aproximadamente 90% das pessoas privadas de liberdade.

Diante dessa representação e por estar entre os órgãos de execução penal, diversos projetos foram elaborados e aprovados neste biênio pelas Gerências Executiva de Execução Penal e Acompanhamento de Penas Alternativas (Geepapa) e pela Gerência Operacional de Articulação com Estabelecimentos Penais (Goeap).





Projeto Cidadania nos Estabelecimentos Penais

O projeto itinerante Cidadania nos Estabelecimentos Penais, que prevê a retirada de documentos de apenados em presídios da Paraíba, foi consolidado na atual gestão com a entrega de dezenas de documentos a reeducandos das penitenciárias Dr. Romeu Abrantes (PB1 e PB2), Hitle Cantalice, Júlia Mara-

nhão, Sílvio Porto, Máxima, João Bosco Carneiro, Vicente Claudino e cadeia pública de Pilar. O projeto é fruto de um Termo de Cooperação Técnica assinado pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), as Secretarias de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e Desenvolvimento Humano (SEDH),

o Instituto de Polícia Científica (IPC) e a Associação dos Notórios e Registradores da Paraíba (Anoreg).

O projeto teve início em 2017, com o levantamento de presos sem documentos nas unidades prisionais do estado. Foram identificados, à época, 853 apenados sem documentação.

Execução Penal Além do Cárcere

O Projeto de Pesquisa e Extensão “Execução Penal Além do Cárcere”, desenvolvido conjuntamente pela Defensoria Pública do Estado, Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) e Pastoral Carcerária teve início em outubro de 2019 com a assinatura de um convênio entre as partes, além da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, parceira na execução do projeto.

Por meio dessa iniciativa, é assegurado aos reeducandos o pleno exercí-

cio de seus direitos e garantias fundamentais, além de capacitação de estudantes para a prática em execução penal.

A coautora do projeto, a defensora pública Aline Sales, explica que o projeto “objetiva proporcionar uma visão crítica sobre o Sistema Penitenciário, o perfil do reeducando, a legislação vigente sobre Execução Penal e a participação da sociedade e das Instituições em políticas públicas para melhorias do Sistema”.



Visita virtual e Acesso Efetivo à Dignidade e à Justiça

Um convênio na ordem de R\$ 1,5 milhão assinado pela Defensoria Pública com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) resultará na implantação de dois projetos dentro do sistema prisional paraibano: Visita Virtual e Acesso Efetivo à Dignidade e à Justiça (Porta de Entrada), ambos apresentados pelas Geepapa e Goaep.

A assinatura eletrônica que formalizou o convênio entre os dois órgãos aconteceu no dia 27 de dezembro de 2019. Em razão da pandemia do novo coronavírus e a impossibilidade de realizar seleção para o projeto, a execução prevista para o segundo semestre de 2020 precisou ser adiada.

Por meio do projeto Visita Virtual, pessoas privadas de liberdade em todos os presídios estaduais e algumas cadeias públicas da Paraíba poderão conversar com familiares e amigos através de videoconferência. Já no projeto “Acesso Efetivo à Dignidade

e à Justiça (Porta de Entrada)”, uma equipe da DPE-PB vai traçar um perfil do cidadão privado de liberdade no momento de sua entrada no estabelecimento penal, averiguando quais as necessidades de assistência jurídica, de saúde física e psicológica, entre outras.

Foto: DPU-SC. Imagem e situação meramente ilustrativas.



Projeto possibilitará conversas de familiares com parentes presos por videochamadas

Remição de Pena pela Leitura

A pedido da Gerência Executiva de Execução Penal e Acompanhamento de Penas Alternativas, a Corregedoria do Tribunal de Justiça da Paraíba alterou o texto do artigo 570 do Código de Normas Judicial da CGJ/PB, inserindo a Defensoria Pública como membro na composição da Comissão de Remição de Pena pela Leitura nas unidades prisionais do Estado. Antes, apenas os diretores de presídios poderiam presidir tais comissões. Com

a mudança, a Defensoria passou a articular a prática de mais uma ferramenta de reinserção social, seguindo a recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O projeto da DPE “Abrindo a mente para a liberdade”, que prevê a remição de pena pela leitura, já foi implantado por defensores públicos nos presídios de Pocinhos, Piancó e Patos, sempre em parceria com o Poder Judiciário.



Em Patos, projeto foi implantado no Presídio Regional Feminino, com a obra do cordelista Tiago Monteiro Pereira



1.6 DEFESA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

A Defensoria Pública integra a rede de proteção de povos e comunidades tradicionais. Embora muitos avanços tenham ocorrido desde a Constituição de 1988, que definiu uma série de direitos para essa população, há, ainda, muita dificuldade em garantir a efetivação desses direitos. Por essa razão, a Defensoria Pública

esteve presente e atuante em diversas situações envolvendo a Comunidade Tradicional e Ribeirinha do Porto do Capim, em João Pessoa, o povo cigano da cidade de Sousa, as comunidades quilombolas de Coremas e a comunidade remanescente de quilombolas na cidade de Triunfo, que luta para ter o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares.



Comunidade Tradicional e Ribeirinha do Porto do Capim

A Defensoria Pública vem prestando assistência jurídica à comunidade do Porto do Capim desde março de 2019, quando os moradores foram notificados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa para desocuparem a área. No local, a prefeitura pretende construir o Parque Ecológico Sanhauá, e, para isso, vem trabalhando para retirar as famílias que residem na área habitada há mais de 80 anos.

Até agora, dezenas de famílias já

deixaram suas casas em acordos individuais com a PMJP. As famílias que permaneceram contam com o apoio jurídico da DPE, DPU e MPF e desejam buscar uma solução extrajudicial para o problema. A última ação da Defensoria estadual, em setembro de 2020, foi um pedido de indenização por danos materiais e morais coletivos em favor da comunidade Porto do Capim no valor de R\$ 100 mil. A ação em desfavor da Prefeitura Municipal de João Pessoa

também pediu a suspensão de demolições e que sejam retirados os resíduos e entulhos dos imóveis que foram demolidos na localidade, após a saída das famílias que deixaram o lugar.

A comunidade do Porto do Capim, formada por mais de 500 famílias, está distribuída em quatro núcleos: Rua do Porto; Vila Nassau; Vila Frei Vital e Praça XV de Novembro, todos localizados no bairro do Varadouro. A ocupação das instalações do antigo porto comercial da Capital - transferido para o município de Cabedelo em 1935, devido ao assoreamento do rio Paraíba - ocorreu na década de 1940 por famílias de trabalhadores desempregados com o fim das atividades portuárias e das casas comerciais e de prestação de serviços.

Comunidades quilombolas

Em fevereiro de 2019, a Defensoria Pública promoveu de forma inédita uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Coremas para discutir o encaminhamento de demandas e reivindicações das comunidades quilombolas Santa Tereza, Mãe D'água e Barreiras. A iniciativa atendeu a uma solicitação de lideranças quilombolas e pela primeira vez as três comunidades conseguiram um diálogo direto com representantes da Prefeitura, Câmara, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs). A audiência também contou com a participação de representante do Ministério Público Federal (MPF).



Audiência foi realizada no dia 22 de fevereiro de 2019, comandada pela defensora pública Raissa Palitot



Em agosto do mesmo ano, a DPE também mediou o diálogo entre representantes da União Quilombolas de Coremas (Uniquico) e a prefeita do município, Francisca das Chagas Andrade de Oliveira. A reunião mediada pela defensora pública Raissa Palitot teve o objetivo de conciliar as demandas existentes nas comunidades Barreiras, Mãe D'água e Santa Teresa e as ações desempenhadas pelo poder público nos territórios destinados aos quilombolas.

O DPG Ricardo Barros participou da reunião ao lado da subdefensora geral Madalena Abrantes e da defensora pública do Necid, Fernanda Peres

LUTA POR RECONHECIMENTO

Em fevereiro de 2020, a Defensoria Pública esteve no município de Triunfo, no Sertão da Paraíba, para assistir uma comunidade remanescente de quilombolas que vive no município desde os anos 1950. A Associação Remanescente de Quilombolas, conhecida por Os quarenta de Triunfo, luta para ter o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares.



O atendimento foi feito pela defensora pública Aline Mota e pela então ouvidora da instituição, Andréa Coutinho, no dia 5 de fevereiro de 2020

Os ciganos de Sousa

A comunidade cigana de Sousa, que consiste em três assentamentos (conhecidos localmente por ranchos), também foi assistida pela Defensoria nos últimos dois anos. Em fevereiro de 2020, a defensora pública Iara Bonazolli e a ouvidora Andréa Coutinho participaram de mais uma reunião com os ciganos da etnia caló que vivem na ci-

dade. Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) chegou a ser firmado em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) em 2019, direcionado a diversas secretarias municipais da Prefeitura de Sousa com o objetivo de buscar solução para os problemas que atingem as famílias ciganas, como é o caso da assistência à saúde.



A reunião com a comunidade cigana aconteceu no dia 4 de fevereiro de 2020 com a participação da defensora Iara Bonazolli

1.7- ARTICULAÇÃO COM OS PODERES



Executivo

Reunião Interpoderes

Entre as marcas da gestão 2019/2020 está a boa relação institucional com o Governo do Estado, representada, entre outras ocasiões, pela participação do DPG Ricardo Barros na reunião convocada pelo governador João Azevedo para discutir os repasses do duodécimo de 2019 e a construção do orçamento de 2020.



A reunião interpoderes aconteceu no dia 11 de abril de 2019 e contou com as presenças dos presidentes da ALPB, deputado Adriano Galdino, do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, e do procurador-geral do Ministério Público da Paraíba (MPPB), Francisco Seráphico Ferraz da Nóbrega.

Defensoria recebe repasse do duodécimo integral pela primeira vez desde a sua autonomia

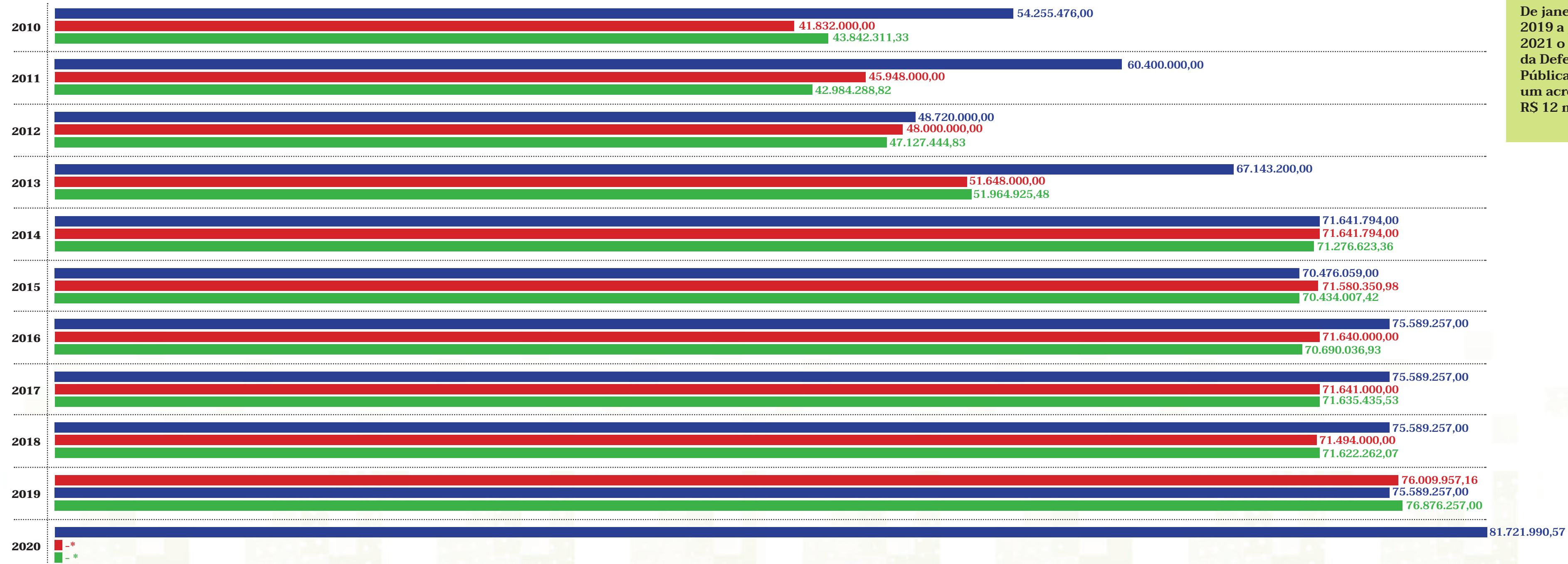
Pela primeira vez desde que se tornou um órgão autônomo, a Defensoria Pública recebeu o repasse do duodécimo na sua integralidade. A conquista inédita se deu após articulação do defensor público-geral, Ricardo Barros, com o chefe do Poder Executivo, João Azevedo. De 2016 a 2018 o Executivo deixou de repassar R\$ 3.949.257,00

por ano para a Defensoria Pública, ou seja, mais de R\$ 15,7 milhões em quatro anos.

Além do repasse integral, a Defensoria também conseguiu, no mesmo ano, duas suplementações que totalizaram R\$ 1.287.000,00, fazendo com que o orçamento executado pela Defensoria fosse maior do que o inicialmente orçado pela primeira vez nos últimos dez anos.

Em 2020, o orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado teve um acréscimo de R\$ 6.132.733,57, quando comparado ao orçamento aprovado em 2019, totalizando R\$ 81.721.990,57.





De janeiro de 2019 a janeiro de 2021 o orçamento da Defensoria Pública terá tido um acréscimo de R\$ 12 milhões

Defensoria entra na pauta do Jornal A União

Outro aspecto positivo da boa relação institucional com o Governo do Estado é o espaço dado às ações da Defensoria Pública no Jornal A União. Além da publicação de releases produzidos pela Assessoria de Imprensa da DPE, o jornal passou a pautar a Defensoria sistematicamente, com destaque para entrevistas e chamadas na capa.



Legislativo Municipal

Parceria renovada com a Câmara de Vereadores de João Pessoa

A parceria com a Câmara de Vereadores de João Pessoa foi renovada em 2019 pelo DPG Ricardo Barros para a manutenção do atendimento da Defensoria dentro da Casa de Napoleão Laureano. A sala foi cedida em 2017 e fica localizada no Anexo II da Câmara, situado na Rua das Trincheiras, 221, Centro.

O DPG Ricardo Barros foi recebido no dia 21 de março de 2019 pelo presidente do Legislativo Municipal, João Corujinha, para a renovação da parceria. A visita de cortesia contou com a presença do defensor público Paulo Bezerril, responsável pelos atendimentos na Câmara



Em março de 2019, o vereador Bosquinho fez uma visita de cortesia à Defensoria. Ele foi recebido pelo DPG Ricardo Barros, pela subdefensora geral Madalena Abrantes e pelo defensor público Charles Pereira



DPG se reúne com presidente da ALPB para discutir projetos da Defensoria

Em março de 2020, o DPG Ricardo Barros foi recebido pelo presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, Adriano Galdino, para conversar sobre os projetos relacionados à instituição que serão encaminhados para votação. Uma delas trata do aumento do subsídio dos defensores públicos e a outra da revisão da Lei Complementar 104/2012.



Parlamentares visitam a Defensoria para firmar parcerias e colocar mandato à disposição



O deputado estadual Walber Virgulino fez duas visitas de cortesia à DPE-PB durante o biênio para prestar apoio e se colocar à disposição da instituição. A primeira, em fevereiro de 2019 e a segunda, em agosto de 2020. Ele é membro titular das Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Administração, Serviço Público e Segurança da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB).



O deputado estadual Wilson Filho, então líder do bloco governista na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), também esteve na Sede Administrativa para renovar a parceria com a Defensoria Pública. Durante seu mandato na Câmara Federal, encerrado em 2018, o parlamentar chegou a destinar emenda parlamentar no valor de R\$ 300 mil para a aquisição de uma unidade móvel que está sendo equipada para o projeto Defensoria Itinerante.



Outro grande parceiro da Defensoria, o deputado Raniery Paulino também voltou à instituição em 2019 para propor o desenvolvimento conjunto de ações em benefício de crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em escolas públicas e privadas da Paraíba. Ele é presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Autismo da ALPB e esteve acompanhado da conselheira da Rede Unificada em Defesa das Pessoas com Autismo (Reunida), Isabela Virgínia.



Deputado Julian Lemos destina R\$ 3,3 milhões a projeto da Defensoria Pública



Em janeiro de 2020, o deputado Julian Lemos se comprometeu em visita à Defensoria com a destinação de R\$ 3,3 milhões em recursos de emenda parlamentar para a execução do projeto “Criança e adolescente: futuro do Brasil”, elaborado pela Comissão de Projetos da DPE. Em julho do mesmo ano, o parlamentar voltou à Sede para entregar um cheque simbólico com a primeira parte dos recursos, um total de R\$ 1,5 milhão, liberado pelo Governo Federal.





A deputada federal Edna Henrique trouxe boas novas quando esteve na Defensoria Pública em fevereiro de 2020. Ela destinou R\$ 250 mil em emenda parlamentar impositiva para a instituição, proveniente do Ministério do Turismo. O recurso será utilizado na construção de um Espaço Turístico adaptado, na orla de Cabo Branco, para beneficiar a inclusão social de pessoas com deficiência.



O DPG Ricardo Barros recebeu em março de 2020 o senador da República Veneziano Vital do Rego. A visita de cortesia aconteceu no gabinete da instituição e contou com a participação de vários defensores públicos de João Pessoa e Campina Grande, além da subdefensora pública-geral da Paraíba, Madalena Abrantes.

Ricardo Barros participa de reunião com o presidente do Senado em Brasília

O DPG Ricardo Barros integrou a comitiva do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Geral (Condege) que esteve reunida com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, em Brasília, em abril de 2019. A reunião contou com as presenças da diretoria do Condege, defensores públicos gerais de vários Estados do país, representantes da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e dos senadores Telmário Mota e Selma Arruda.



Visita institucional aconteceu no dia 7 de fevereiro de 2019 e contou com as presenças da subdefensora pública-geral, Madalena Abrantes, do corregedor-geral, Alípio Bezerra, e dos defensores públicos Gerardo Rabello, Coriolano Sá, Glória de Oliveira, Phillippe Figueiredo e Diogo Augusto de Souza Andrade.



Judiciário

Presidente do TJPB visita Defensoria

A parceria da Defensoria Pública com o Tribunal de Justiça da Paraíba em prol do jurisdicionado é constante e permanente. Na semana em que assumiu a presidência do TJPB em 2019, o desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos foi recebido pelo DPG Ricardo Barros na Sede Admi-

nistrativa da Defensoria. A visita institucional referendou parcerias já existentes entre as duas instituições e colocou em pauta novos pleitos da DPE com o objetivo de melhorar a atendimento aos usuários da Defensoria Pública.

Vários desses pleitos, inclusive, foram

atendidos pelo presidente, a exemplo da cessão de imóveis do Judiciário sem uso, como a casa do juiz na cidade de Sapé; a ampliação das Salas da Defensoria que funcionam dentro Fóruns; e a cessão de novos espaços dentro destes complexos, como ocorreu no Fórum Cível da Capital.

Atuação conjunta

Ao longo de 2019 e 2020, diversas iniciativas da Justiça paraibana foram formalizadas depois de ouvir a Defensoria Pública do Estado. Projetos também foram implementados a partir da parceria entre os órgãos. Confira alguns deles:

AUDIÊNCIAS

A implantação de audiências de custódia nos finais de semana e o incremento de videoconferências durante a pandemia de Covid-19 foram frutos de muita discussão e estabelecidas em comum acordo entre os órgãos.



Reunião em 23 de janeiro de 2020 para discutir Resolução que estabeleceu audiências nos finais de semana



Reunião em 20 de outubro de 2020 para tratar do incremento das audiências por videoconferência

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Em 2019, mais de 60 sentenças de divórcio foram homologadas pelo Poder Judiciário a partir da parceria entre o Núcleo de Mediação e Conciliação da Defensoria Pública, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) de Família da Capital e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), ambos do TJPB.



PROGRAMA DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULOS

Também em parceria com o Cejusc, o Núcleo Regional de Atendimento da DPE em Patos implantou o programa “Reconhecer vínculos é transformar vidas”, que estimula o reconhecimento do vínculo familiar afetivo de forma espontânea ou por meio de conciliação. A iniciativa também tem a parceria da Prefeitura Municipal de Patos, por meio da Secretaria de Assistência Social, e prevê a realização gratuita de exame de DNA aos assistidos inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).



Termo de Cooperação foi assinado pelos órgãos parceiros em março de 2019. Na foto estão o juiz Ramonilson Alves Gomes, a defensora pública Mariane Oliveira Fontenelle, a secretária municipal Edjane Araújo, a coordenadora de Proteção Social Básica da prefeitura Paloma Araújo e o advogado Fred Igor.

Equipamentos de informática cedidos pelo TJ agilizam atendimento da DPE

Os Núcleos de Atendimento e Salas da Defensoria Pública espalhadas pelo estado ganharam um reforço de equipamentos de informática após novo convênio firmado com o Tribunal de Justiça da Paraíba. Foram doados 93 monitores semi-novos.



Dia do Defensor Público é incluído no Calendário do Judiciário

O Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado no dia 19 de maio, foi incluído no calendário do Poder Judiciário que dispõe sobre feriados e pontos facultativos do ano de 2020. O calendário foi editado conjuntamente pelo Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

A data é ponto facultativo apenas nas unidades da DPE-PB, no entanto, o Judiciário passou a evitar marcação de audiências, mediações, júris e qualquer atividade que envolva a participação de defensores públicos estaduais neste dia.

REPOSIÇÃO DE DIAS		
Unidade Defensoria (Paraná, RJ)	07/05 de 2020	Capital de Curitiba
Unidade Defensoria (Lagoa dos Gatos)	Ponto Facultativo (Comarcas)	Todas as unidades
Unidade Defensoria (Rio de Janeiro)	Ponto Facultativo (Comarcas)	Todas as unidades
Unidade Defensoria (Rio de Janeiro)	12/05 de 2020 (Comarcas)	Todas as unidades

MAIO DE 2020		
01 de Maio (sexta-feira)	Feriado (Dia do Trabalhador)	Todas as unidades
19 de Maio (terça-feira) ¹	Ponto Facultativo unicamente para a Defensoria Pública (Dia Nacional da Defensoria Pública)	Apenas Defensoria Pública

1. Conforme Lei nº 10.448/2002

Unidade Defensoria (Paraná, RJ)	Ponto Facultativo (Comarcas)	Todas as unidades
Unidade Defensoria (Lagoa dos Gatos)	Ponto Facultativo (Comarcas)	Todas as unidades
Unidade Defensoria (Rio de Janeiro)	Ponto Facultativo (Comarcas)	Todas as unidades

2. Dia Nacional da Defensoria Pública (Dia Nacional da Defensoria Pública)

2. A PANDEMIA E SEUS DESAFIOS



2.1 ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

A primeira medida adotada pela Defensoria Pública no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (Covid-19) foi a atuação conjunta e interinstitucional com o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), Ministério Público do Estado (MPPB) e Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Paraíba (OAB-PB). Desde a confirmação do primeiro caso de Covid-19 na Paraíba, no início da segunda quinzena de março, os órgãos se mobilizaram para agir com profilaxia, considerando esta a maneira mais eficaz de reduzir a incidência do coronavírus no estado.

O primeiro ato conjunto, assinado no dia 16 de março, descreveu medidas preventivas e cautelosas para evitar a possibilidade de contágio. Dois dias depois, com a confirmação do caso pela Secretaria de Estado da Saúde, o expediente presencial foi suspenso em todas as unidades do Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Na DPE-PB, os atendimentos ficaram restritos a casos urgentes e foi adotado revezamento e teletrabalho para servidores.



As medidas conjuntas foram sendo adotadas pelos órgãos em consonância com as orientações das autoridades sanitárias, respeitando o distanciamento social e com o foco no combate à proliferação do vírus. Tudo isso sem impedir o acesso à Justiça àqueles que tinham

a necessidade de acioná-la. Porta de entrada da Justiça para milhares de paraibanos, a Defensoria Pública foi surpreendida pela necessária adequação a este cenário, criando ferramentas e adaptando o modelo de atendimento ao seu público.

2.2 ATENDIMENTO REMOTO

Tão logo Núcleos, Salas e Sedes da DPE foram fechados em razão da pandemia, a Defensoria Pública adotou providências para garantir a manutenção do atendimento aos assistidos. Para isso, estagiários, assessores e defensores foram orientados a fazer o atendimento remoto, por tele-

fone e/ou WhatsApp. Assim, a Defensoria Pública não parou e manteve os atendimentos mesmo durante a fase mais rígida do distanciamento social. Para facilitar o acesso do cidadão à instituição durante o regime de trabalho remoto, o setor de Tecnologia da Informação (TI) implantou na primeira semana de abril um novo ca-

nal de comunicação: o Chat Online. O desenvolvimento da ferramenta e treinamento dos servidores/usuários ocorreu em tempo recorde e foi se aprimorando ao longo dos meses. Além de manter os primeiros atendimentos ativos, o chat também ficou à disposição dos assistidos para tirar dúvidas e consultas processuais.



Chat online
TOTAL:
8.631

AQUISIÇÃO DE 100 NOVOS NOTEBOOKS

Para viabilizar o atendimento remoto dos defensores públicos durante a pandemia, a gestão adquiriu 100 novos notebooks. Os equipamentos dotados de webcam - e uma parcela deles com scanners - foram adquiridos com recursos de crédito suplementar e destinados, em grande parte, a videoaudiências. Os pedidos de crédito suplementar aprovados pelo governador do Estado, João Azevedo, somaram R\$ 399.855,00 e foram remanejados de serviços de informatização para compra de equipamentos.



2.3 AMPLIAÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS

Embora tenha havido uma queda natural no número de atendimentos nos primeiros meses da pandemia, a Defensoria Pública cresceu e ganhou destaque com ações coletivas e recomendações. As ações partiram principalmente dos Núcleos de Direitos Humanos e da Cidadania de João Pessoa (e suas coordenadorias) e de Campina Grande; e dos Núcleos Regionais de Atendimento das cidades de Patos e Sousa. A decisão tomada em uma ação coletiva afeta um conjunto de pessoas ou até mesmo a sociedade como um todo. Confira a repercussão da atuação da Defensoria na mídia:

PORTALCORREIO



Sede do Nudecon em João Pessoa (Foto: Divulgação/Roberto Marcelo)

Notícias Videos

DPE pede que não hajam cortes de luz e água durante pandemia de coronavírus

O Núcleo de Direitos do Consumidor (Nudecon) da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) emitiu recomendações à Cagepa e à Energisa para que não interrompam o fornecimento de água e energia elétrica dos consumidores inadimplentes durante a pandemia do novo coronavírus, que causa a

Jornal da Paraíba

Suetoni Souto Maior

CONTEÚDO 20 de março de 2020 8:48

Planos de saúde terão 24 horas para informar sobre fornecimento de exame de detecção do novo coronavírus



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) deu um prazo de 24 horas para que as operadoras de plano de saúde com cobertura no Estado informem se já incluíram o exame de detecção do novo coronavírus (Covid-19) no rol dos seus procedimentos. As notificações começaram

PORTALCORREIO



Defensoria Pública do Estado da Paraíba (Foto: Roberto Marcelo)

Notícias Videos

DPE-PB orienta proteção a população de rua contra coronavírus

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) e a Defensoria Pública da União (DPU) recomendaram a Prefeitura de João Pessoa uma série de medidas urgentes para garantir a proteção à população em situação de rua durante a pandemia do coronavírus (Covid-19).

portalpatos

20/3/2020

Em Patos: Defensoria e OAB requerem prisão domiciliar para presos do grupo de risco da Covid-19



Pedido abrange gestantes, maiores de 60, imunossuprimidos, diabéticos e portadores de doenças cardíacas e pulmonares

Em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) e a Ordem dos Advogados do Brasil seccional Paraíba (OAB-PB) requereram regime de prisão domiciliar aos réus submetidos à prisão cautelar ou definitiva que se enquadram no grupo de risco. O documento foi remetido nesta quinta-feira (19) ao Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Patos.

Justiça determina que Energisa não corte energia em João Pessoa na crise do coronavírus

Decisão liminar impede corte enquanto o decreto de calamidade pública por conta do coronavírus da Paraíba estiver em vigor. Pedido foi feito pela Defensoria Pública.

Por G1 PB

24/03/2020 08h21 - Atualizado há 7 meses



Energisa tem prazo de 72 horas para suspender os cortes de fornecimento em João Pessoa durante crise do coronavírus – Foto: Divulgação

Uma decisão liminar da Justiça da Paraíba emitida na noite de segunda-feira (23) obrigou a concessionária de energia elétrica no estado, a Energisa, suspender os cortes de fornecimento por falta de pagamento. A determinação judicial foi motivada por um pedido de Defensoria Pública do Estado da Paraíba, e só tem validade para a cidade de

Coronavírus: Defensoria estende recomendações em defesa da população de rua à Prefeitura de Patos

21/03/2020 12:31h



Em face da pandemia do novo coronavírus, as defensoras públicas Monaliza Montenegro, Mariane Fontenelle e Raíssa Remigio, que atuam na Comarca de Patos, no Sertão paraibano, expediram ao prefeito municipal Ivanês Lacerda, uma série de recomendações para proteger as pessoas em situação de rua do contágio e propagação do Covid-19. Medida semelhante também foi tomada esta semana pelo Núcleo de Direitos Humanos da DPE, em João Pessoa.



COVID-19

Covid-19 : DPE-PB evita corte no fornecimento d'água em Sousa

Covid-19: DPE-PB evita corte no fornecimento d'água em Sousa



01/04/2020 18h00 Atualizado há 7 meses.

Por: Nailson Júnior -

Nesse período de isolamento social imposto pela pandemia do Coronavírus, a Defensoria Pública da Paraíba tem se destacado pelo grande volume de ações judiciais exitosas em favor da população, em vários municípios do estado.



1998, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 2681, 26

NOTÍCIAS

veja as últimas notícias
dessa editoria »

ENCUANTO DURAR DECRETO

Justiça estende proibição de corte de energia na PB



A liminar obtida pela Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) que proibiu a Energisa de efetuar cortes no fornecimento de energia elétrica a consumidores inadimplentes de João Pessoa foi estendida para todo o estado da Paraíba. A decisão liminar é do juiz José Ferreira Ramos Júnior e vale enquanto durar o estado de calamidade pública decretado pelo Governo do Estado em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).



DPE recomenda ao Governo da Paraíba continuidade no fornecimento de merenda escolar

Da Redação com Ascom. Publicado em 7 de abril de 2020 às 9:06.



Folios Ancient

O Governo do Estado deverá fornecer alimentação a todos os alunos que dela necessitem, durante o período de suspensão das aulas, sobretudo àqueles pertencentes às famílias com renda inferior a dois salários mínimos. Recomendação nesse sentido foi feita pelo Núcleo Especial de Direitos Humanos e Cidadania (Necid) da Defensoria Pública do



15 Abr 2020 Covid-19: MPPB e DPE querem tradução em Libras e audiodescrição em telejornais



O Ministério Público da Paraíba e a Defensoria Pública do Estado estão encaminhando comunicação aos empresários e gestores que detêm a concessão de emissoras de televisão, no Estado, requerendo a utilização de tradução de Libras (linguagem brasileira de sinais) e audiodescrição no noticiário relacionado à pandemia de covid-19. A medida visa ao atendimento de pessoas com deficiências auditiva e visual, dentro da atuação conjunta do MPPB e da DPE frente à atual situação de crise social e de saúde pública gerada pela epidemia do novo coronavírus. Os destinatários do expediente têm cinco dias para responder sobre as providências requeridas.



Justiça acata pedido da Defensoria e determina que laboratório realize exame da Covid-19 por planos de saúde



Foto: reprodução

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), pelo Núcleo de Direitos Humanos da comarca de Campina Grande, conseguiu, na Justiça, que um laboratório de análises de Campina Grande que restringia a realização do teste para a Covid-19 ao pagamento de R\$ 480, estendesse a oferta do exame a todos os usuários de planos de saúde conveniados ao laboratório. A decisão liminar foi concedida pela 10ª Vara Cível de Campina Grande, atendendo a pedido dos defensores públicos Marcel Joffily e Philippe Manguiera.

Defensoria recomenda horário exclusivo para grupos de risco em supermercados, em João Pessoa

Recomendação é que estabelecimentos destinem a primeira hora do dia do funcionamento do para o atendimento de pessoas idosas, com deficiência e que estão no grupo de risco do coronavírus.



A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), por meio da Coordenadoria de Promoção dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, recomenda que supermercados de João Pessoa destinem a primeira hora do dia do funcionamento do para o atendimento de pessoas idosas, com deficiência e que estão no grupo de risco do novo coronavírus (Covid-19). Os

VIDA URBANA

26/04/2020 10H04 - ATUALIZADO HÁ 6 MESES

Defensoria Pública questiona situação de trabalho dos coveiros em João Pessoa



Francisco França

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) encaminhou ofício à Prefeitura de João Pessoa requerendo informações sobre as condições de trabalho de coveiros e sepultadores da capital. De acordo com autoridades sanitárias do Estado, João Pessoa tem 85% dos casos de circulação viral do novo coronavírus (Covid-19). O número de óbitos chega a 29, de acordo com o último boletim, o que corresponde a 63% dos óbitos em todo o Estado.

Coronavírus: Defensoria recomenda testagem para novos detentos em presídios da PB



Após a confirmação de **três casos de contaminação da Covid-19 na Penitenciária Padrão Romero Nóbrega, em Patos**, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) emitiu uma recomendação à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) para que sejam realizados testes do novo coronavírus em todas as pessoas em situação de prisão. A recomendação é para casos de prisão preventiva ou definitiva, antes da entrada nos detentos nos estabelecimentos prisionais, mesmo sem apresentar sintomas relacionados a doença.



Foto: Divulgação/Marcelo Camargo/Agência Brasil

Notícias

Justiça obriga bancos de CG a terem medidas contra aglomerações

Agências dos bancos Itaú Unibanco, Santander e Banco do Brasil em Campina Grande deverão adotar medidas contra aglomeração de pessoas, inclusive na parte externa. A determinação ocorre por meio de liminar concedida pelo juízo da 1ª Vara Cível de Campina Grande, ao julgar Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Núcleo de Direitos Humanos da DPE-PB em Campina Grande.

Comerciantes com lojas fechadas em Patos, no Sertão da PB, são cadastrados em loja virtual



Cidade de Patos, Sertão da Paraíba — Foto: Rafaela Gomes/TV Paraíba/Arquivo

Empresários e empreendedores de Patos, no Sertão da Paraíba, que estão com os estabelecimentos fechados, devido às recomendações de distanciamento social durante a pandemia do coronavírus, vão poder anunciar seus produtos em um site. A promoção de vendas virtuais será realizada através de um site criado pela prefeitura após acatar uma série de sugestões feitas pelo Grupo Estratégico criado pelo Núcleo Regional da Defensoria Pública do Estado (DPE-PB) para diminuir os efeitos das medidas de combate a Covid-19.



Publicado 6 meses atrás em 16 de maio de 2020
Por Thiago Moraes

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba, por meio do 2º Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania, recomendou à Prefeitura de Campina Grande que disponibilize diariamente no site coronaviruscg.com.br, administrado pela gestão municipal, os números absolutos de leitos ocupados e vagos nas enfermarias e Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) dos hospitais públicos e privados que realizam o tratamento de pacientes com Covid-19.



22/05/2020 19H05 - ATUALIZADO HÁ 6 MESES

Justiça determina distribuição de alimentos da merenda escolar a alunos da rede municipal de Campina Grande



Justiça determina distribuição de alimentos da merenda escolar a alunos da rede municipal de CG. Foto: Adenilson Nunes/Arquivo

A Justiça aceitou o pedido da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB), nesta sexta-feira (22), e determinou à Prefeitura de Campina Grande a distribuição de alimentos adquiridos ou que venham a ser adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) durante a suspensão das aulas presenciais, a alunos da rede municipal de ensino.



Defensoria impede que novos presos sejam levados para cadeia de Cuité

04 jun 2020 --



O ingresso de novos presos (provisórios ou definitivos) no âmbito da Cadeia Pública de Cuité-PB durante o período de isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19 foi suspenso pelo juiz da Comarca, Iano Miranda dos Anjos, e novos custodiados devem ser encaminhados a unidades prisionais próximas.

2.4 DOAÇÕES E PARCERIAS

DPE cria Selo de Responsabilidade Social

Ao buscar estratégias de atuação para diminuir os efeitos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) na população mais carente do Estado, a Defensoria Pública criou um Selo de Responsabilidade Social para motivar empresas e instituições a contribuírem com a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade e amenizar os danos decorrentes da pobreza e da desigualdade social.

A ideia do projeto idealizado pelos defensores públicos da comarca de Patos consiste em viabilizar parcerias para atender as demandas das populações mais carentes, contribuindo por meio de serviços, doação de insumos ou auxílio financeiro. Ao firmar parceria, as empresas se colocaram em comprometimento ético e financeiro com a instituição para amparar famílias em situação de vulnerabilidade, melhorando a vida em sociedade como um todo.



Desde o início da quarentena, 10 empresas e/ou instituições receberam a certificação da DPE-PB por contribuírem para amenizar os danos sociais e financeiros causados à população pela pandemia. Além da doação de cestas básicas, alimentos e kits de higiene, um estudo realizado pela Universidade Federal da Paraíba também rendeu ao Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (Labimec) o Selo de Responsabilidade Social.

10 empresas/instituições foram certificadas com o Selo Defensoria Pública de Responsabilidade Social de abril a agosto de 2020



4 mil

Famílias contempladas.
Doações em João Pessoa,
Campina Grande, Patos e
Bayeux

Foram arrecadados:



1850
Cestas básicas



839,1 kg
de alimentos.
Fardos de
arroz e milho



2 mil
kits de limpeza e
higiene pessoal.
Caixas de água
sanitária e sabão
em barra

Receberam os certificados os supermercados Atacadão, Hiper Queiroz, Guedes e Lucena, da cidade de Patos; Rede Compras e Ideal, de Campina Grande; e O Cestão, de Bayeux. Além do Labimec, da UFPB; do serviço de assistência e internação domiciliar Hospital Residencial, que atende as cidades de João Pessoa e Campina Grande; e da instituição financeira Sicredi Evolução, também de Campina.



Supermercado Lucena



Supermercado Guedes



Supermercado O Cestão



Atacadão



Sicredi



Supermercado Rede Compras



Supermercado Hiper Queiroz



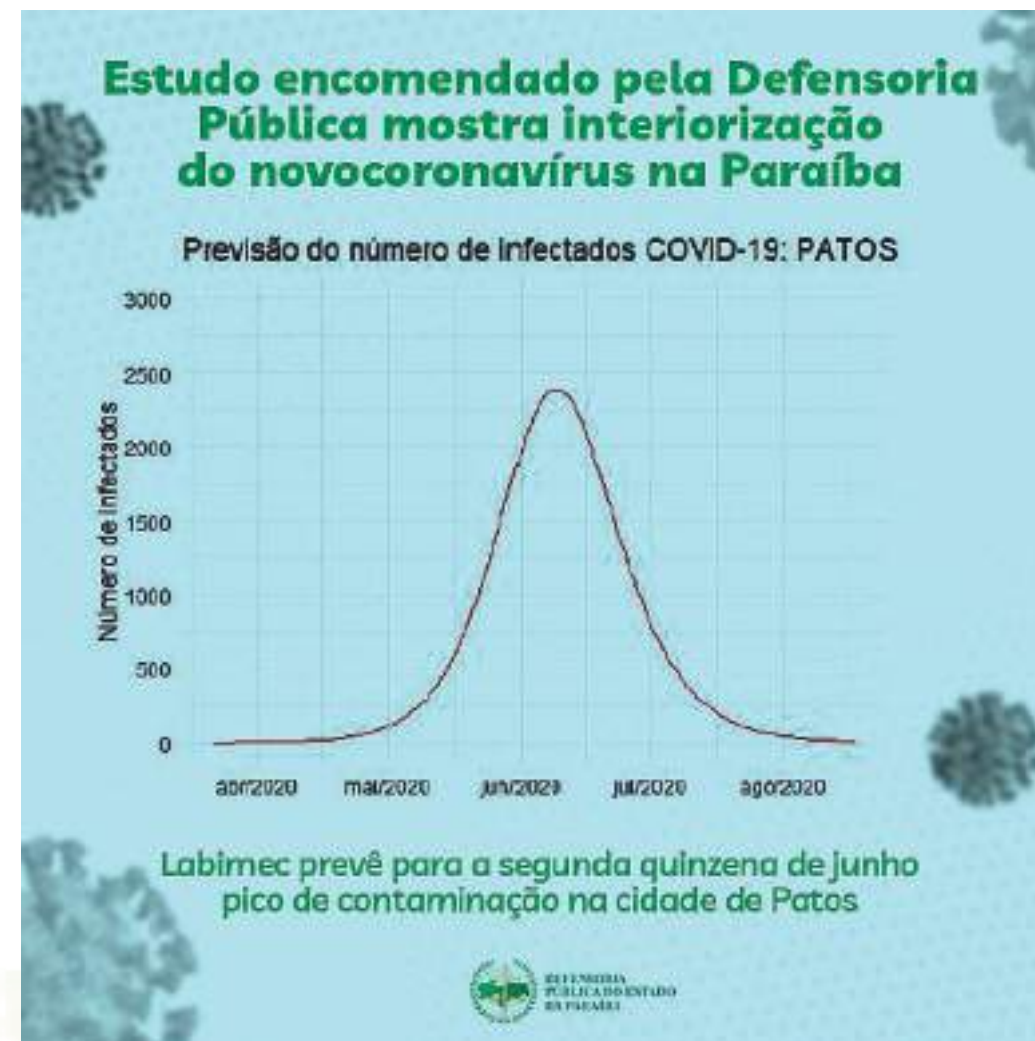
Hospital Residencial



Supermercado Ideal

Estudo do Labimec é referência para ações da DPE na pandemia

O Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (Labimec) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi certificado com o Selo Defensoria Pública de Responsabilidade Social pela contribuição dada às autoridades na tomada de decisão das medidas adotadas no período da pandemia na cidade de Patos. O estudo encomendado pelo Núcleo Regional de Atendimento de Patos mostrou o processo de interiorização do novo coronavírus (Covid-19), alertando para os efeitos da pandemia caso as medidas de distanciamento social não fossem adotadas. O laboratório foi além e seguiu divulgando dados sob vários aspectos da pandemia na Paraíba, incluindo um acompanhamento sistemático da evolução do vírus em todo o estado.



Defensoria e AC Social se unem para atender população vulnerável

Na pandemia, a Defensoria estreitou ainda mais a parceria com a ONG Assessoria e Consultoria para Inclusão Social (Ac Social) para a distribuição de cestas básicas à população em vulnerabilidade e ações de cidadania. A ONG recebe o apoio da Defensoria Pública há mais de dois anos, por meio do projeto Acesso Cidadão ao Lazer, Esporte, Arte e Cultura, que acontece aos sábados na praia de Cabo Branco.





65

cestas
nutricionais

**Projeto Social Escola Reforço
da Dona Boneca Restaurando
Vidas (João Pessoa)**



20

cestas
nutricionais

**Associação Mães de Anjos da
Paraíba - AMAP (João Pessoa)**



100

cestas
nutricionais

**População carente
(Emas)**



29

cestas
nutricionais

**Associação Integrada de
Mães de Autistas - A-IMA
(João Pessoa)**



567

cestas
nutricionais

**População beneficiária do
Bolsa Família (Emas), em
parceria com o MPT**



135

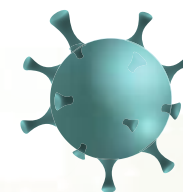
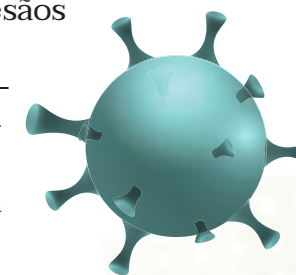
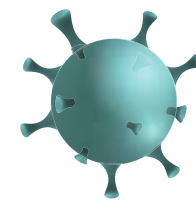
atendimentos
psicossociais

**Comunidade Nova Jerusalém,
bairro de Gramame (João Pessoa)**

Parceria com Vara Mista de Patos e Prefeitura Municipal resulta na destinação de máscaras na pandemia

A 2ª Vara Mista de Patos acatou o pedido da Defensoria Pública para destinar verbas oriundas de penas pecuniárias para a compra de máscaras N-95, destinadas a profissionais de saúde, e de fabricação caseira para a população vulnerável da cidade, produzidas por costureiras e artesãos autônomos.

O projeto de atuação conjunta envolve a Defensoria, a Prefeitura Municipal de Patos e os Juizados Especiais da comarca e destinou R\$ 10 mil para a aquisição das máscaras.



2.5 LIVES E A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS

Em maio, mês em que é celebrado o Dia do Defensor Público, a DPE-PB promoveu de forma inédita uma semana de lives nas redes sociais da instituição com a participação de defensores públicos e diversos convidados. Foi o primeiro evento do gênero, abrindo espaço para diversas outras discussões com o foco na promoção da educação em direitos.

A primeira semana de lives, ocorrida na fase mais rígida do distanciamento social, foi sobre a atuação da Defensoria em tempos de pandemia. Depois, novas rodadas de transmissões ao vivo foram realizadas sobre diversos assuntos, como o racismo, a violência doméstica e familiar, o sistema de Justiça e para celebrar o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.



2.6 PROTOCOLO DE RETORNO DAS ATIVIDADES

Durante a pandemia de Covid-19, a prioridade da Defensoria Pública foi a preservação da saúde de membros, servidores e assistidos. Cumprindo recomendações de autoridades sanitárias, a DPE substituiu o atendimento presencial pelo remoto e adaptou suas instalações para o momento de retorno das atividades presenciais. Um Protocolo de Funcionamento para a pandemia de Covid foi publicado, apresentando recomendações e normas de segurança sanitária a serem seguidas.



A Sede Administrativa, os Núcleos de Atendimento e Salas da DPE espalhadas pelo estado receberam protetores de acrílico e foram organizadas para preservar o distanciamento entre as pessoas.



Cajazeiras



Campina Grande



Guarabira



João Pessoa



Patos



Sousa

As instalações da Sede Administrativa e do Núcleo Regional de Atendimento de Campina Grande - que optou pelo retorno do atendimento presencial - também foram sanitizadas para prevenir a contaminação pelo novo coronavírus.



Em João Pessoa, a operação foi chefiada pelo Comando Naval conjuntamente com o 15º Batalhão de Infantaria Motorizada e 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado.



No Núcleo de Campina, o procedimento foi realizado pela Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP)

3. VALORIZAÇÃO DO DEFENSOR PÚBLICO



3.1 ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DA FOLHA

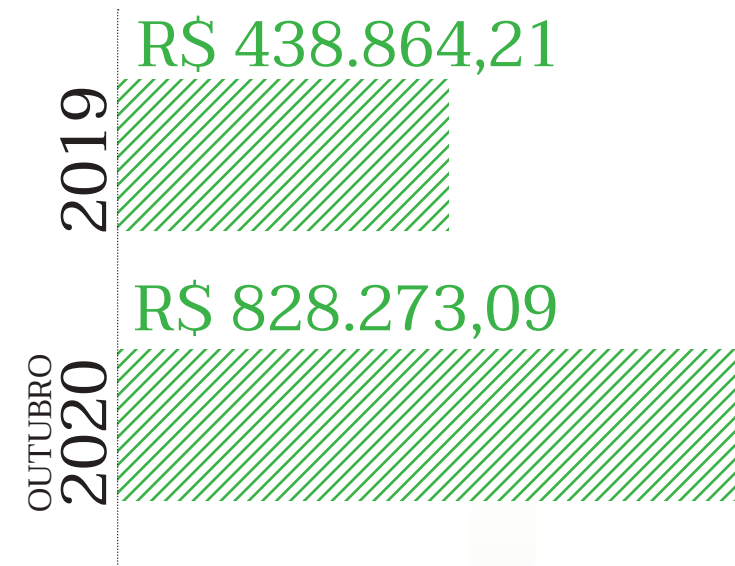
Na atual gestão, a administração conseguiu antecipar o crédito do subsídio e auxílios, que antes acontecia no dia 25 de cada mês. Em 2020, a DPE-PB foi a primeira instituição do estado a pagar a primeira parcela do 13º salário. Isso foi possível graças à provisão dos recursos financeiros. Confira o cronograma:

REFERÊNCIA	2019	2020
Janeiro	25	22
Fevereiro	22	20
Março	22	20
Abril	23	22
Maio	22	21
Junho	19	22
Julho	22	21
Agosto	22	20
Setembro	23	21
Outubro	21	21
Novembro	21	20
Dezembro	23	-
1ª parcela do décimo	11 de junho	1º de junho
2ª parcela do décimo	06 de dezembro	-

3.2 PAGAMENTO DE DIFERENÇAS

A gestão 2019/2020 da Defensoria Pública reconheceu dívidas da instituição com defensores públicos decorrentes de despesas de exercícios anteriores não pagos por ausência de aporte orçamentário. Em 2019, foram liquidados R\$ 438.864,21 e até o dia 30 de outubro de 2020 o total de R\$ 828.273,09. Esses valores representam, na sua maior parte, pagamentos de verbas indenizatórias devidas aos defensores públicos, a exemplo da diferença do auxílio transporte de 2017 e outros auxílios devidos.

PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES



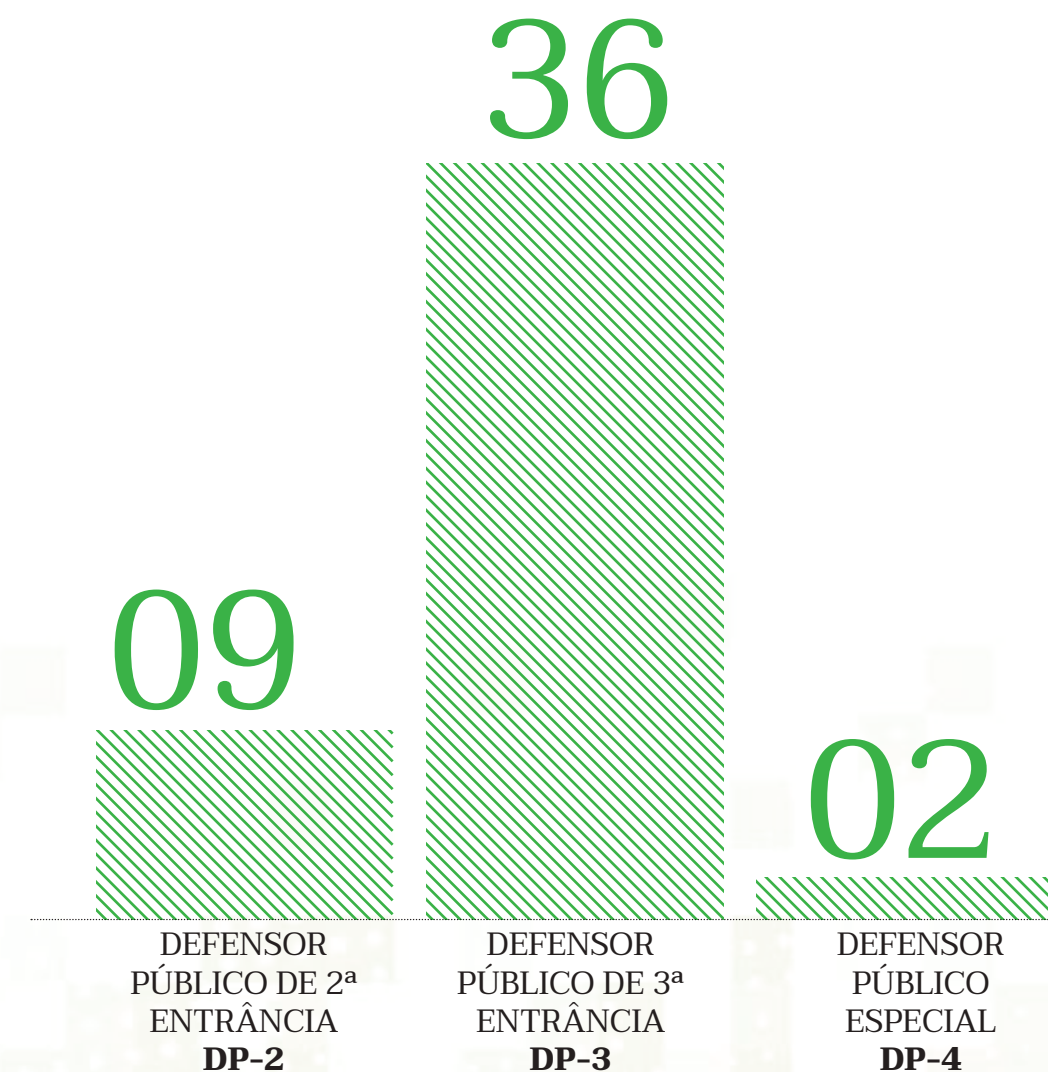
3.3 AUMENTO DO AUXÍLIO

Outra ação de valorização do defensor público foi a recomposição do valor do auxílio alimentação em janeiro de 2020.

3.4 PROMOÇÕES

Ao longo do biênio 2019/2020 foram lançados 11 editais de Remoção, com 94 vagas, e seis editais de Promoção, por critérios de antiguidade e merecimento, com 47 vagas. A promoção consiste no acesso imediato dos membros de uma classe para a outra imediatamente superior da carreira. Os critérios de antiguidade e merecimento são disciplinados pelo Conselho Superior.

VAGAS DE PROMOÇÕES NO PERÍODO 2019/2020



3.5 INCENTIVO À CAPACITAÇÃO

Para fomentar a capacitação e atualização dos membros da DPE-PB, parcerias foram firmadas para viabilizar a participação gratuita em eventos, congressos e pós-graduação. Juntamente com a Associação Paraibana dos Defensores Públicos (APDB), membros da DPE participaram do IV Congresso Paraibano de Direito de Família e Sucessões de forma gratuita. As inscrições foram custeadas pelas duas instituições.

Os defensores públicos também receberam apoio da instituição para participar do maior evento da categoria no país: o Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Conadep), em novembro de 2019, no Rio de Janeiro. O apoio também foi referendado no Congresso Nacional

de Defensores da Infância e Juventude, ocorrido no mês de agosto em Belo Horizonte.

Com o Instituto de Educação Superior da Paraíba (Iesp), a Defensoria firmou parceria para ofertar aos defensores públicos especialização em Direito Constitucional. As vagas preenchidas pelos membros

da DPE foram custeadas pelo Fundo Especial da Defensoria Pública, que tem como finalidade a capacitação e atualização dos defensores públicos.

A Defensoria ainda promoveu, em João Pessoa, o Encontro Nacional e Capacitação em Alternativas Penais, em parceria com Ministério da Justiça e

Segurança Pública e apoio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB); do Ministério Público da Paraíba (MPPB); e do Governo do Estado. Defensores públicos estaduais, assessores, servidores e estagiários da DPE-PB foram isentos de taxa.



ENCONTRO NACIONAL E CAPACITAÇÃO EM ALTERNATIVAS PENAIAS

A Defensoria Pública promoveu de 17 a 19 de junho, em João Pessoa, o Encontro Nacional e Capacitação em Alternativas Penais. O evento contou com a participação de juízes, promotores, desembargadores e gestores da política penal nacional para discutir o tema As Alternativas Penais como Meios para o Desencarceramento. O evento foi realizado no Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto.



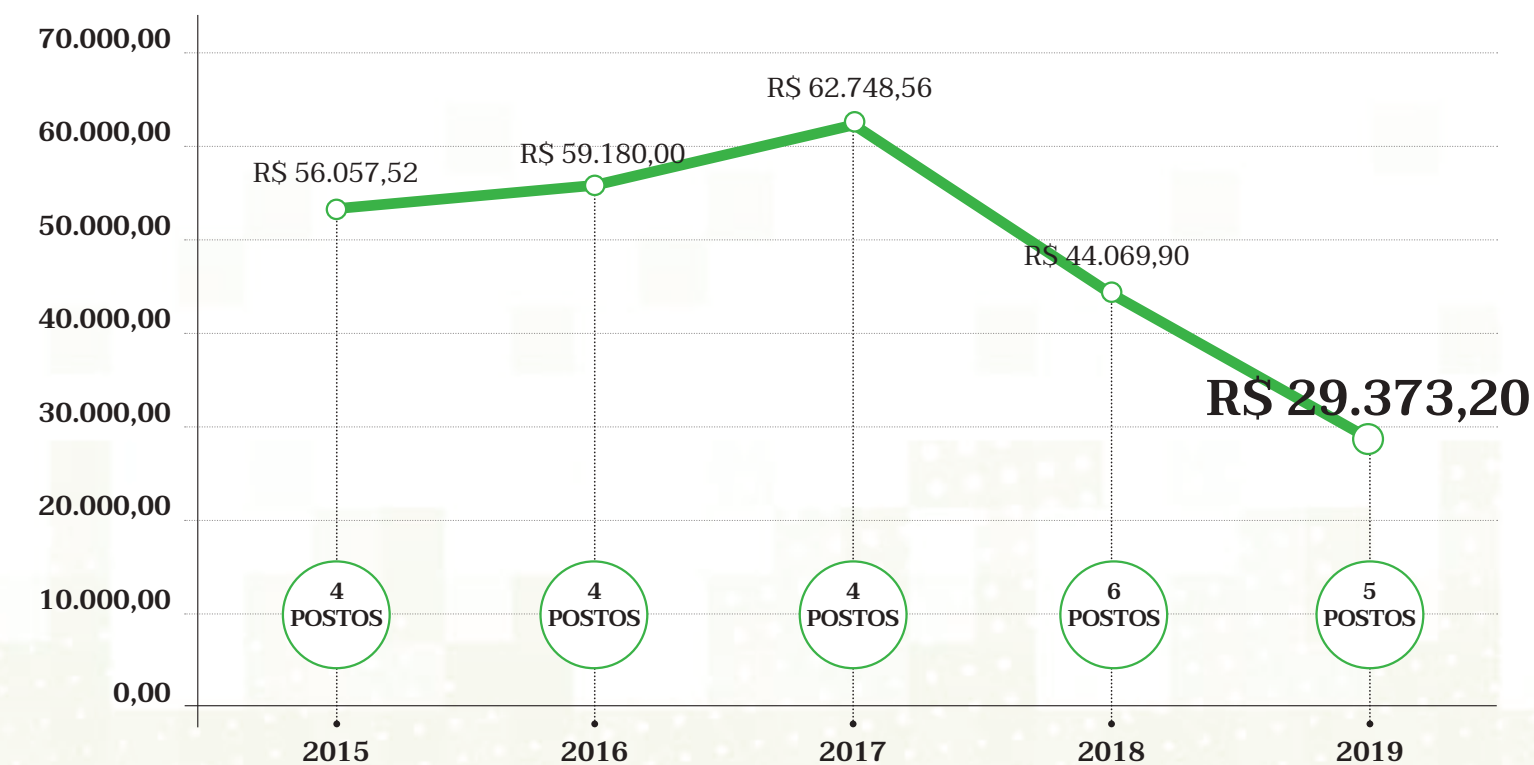
4. GESTÃO RESPONSÁVEL

4.1 ECONOMIA

Ainda em 2019, antes da pandemia de Covid-19 chegar ao Brasil, a Defensoria já se preocupava em adotar medidas eficientes de contenção de despesas. Para isso, a administração criou alternativas na gestão da vigilância armada, locação de veículos, redução de aluguel e de internet.

Segurança armada

O advento da tecnologia na segurança foi um dos investimentos que trouxe resultados na contenção de gastos fixos. O sistema de câmeras e de segurança com rede elétrica e alarme nos principais núcleos da DPE, junto com a redução de um dos postos no núcleo de João Pessoa, resultou numa economia de R\$ 14.696,70 mensais.



Locação de veículos

A Defensoria eliminou gastos com locação de veículos, uma vez que a instituição adquiriu um carro para substituir o único veículo locado no valor de R\$ 3.057,24 mensais. A verba utilizada na compra do automóvel foi adquirida com os recursos arrecadados em leilão de bens inservíveis da Defensoria.



CARRO LOCADO
R\$ 3.057,24
2017/2018

CARRO PRÓPRIO
R\$ 0,00
2019/2020

Locação de imóveis

Outro foco da administração foi a redução de custos com aluguel de prédios. O Núcleo de Atendimento de João Pessoa mudou de endereço, passando a ocupar o prédio da antiga Faculdade de Direito, na Praça dos Três Poderes. O convênio firmado com a UFPB possibilitou uma economia mensal de R\$ 5 mil. Em Guarabira, um convênio com o IPEP também anulou a despesa com locação de imóvel, que era de R\$ 2,4 mil. Na cidade de Patos a economia foi de R\$ 1 mil por mês com a mudança de

endereço do Núcleo de Atendimento.

Com a construção de um galpão na Sede Administrativa, a atual gestão também en-

tregou o prédio da Rua Rodrigues Chaves, cujo aluguel custava R\$ 3 mil por mês aos cofres da DPE.

	DE	PARA
NÚCLEO DE JOÃO PESSOA	R\$ 5 mil	R\$ 0,00
NÚCLEO DE GUARABIRA	R\$ 2,4 mi	R\$ 0,00
NÚCLEO DE PATOS	R\$ 4 mi	R\$ 3 mi
GALPÃO	R\$ 3 mil	R\$ 0,00

Redução mensal com internet

Em relação aos gastos com internet, a Defensoria Pública renegociou contratos com os provedores e conseguiu diminuir despesas fixas que somam R\$ 17.875,38.



4.3 CENSO DO SERVIDOR

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba realizou nos meses de fevereiro e março de 2019 o Censo do Servidor. A atualização cadastral obrigatória para defensores públicos e servidores da instituição se fez necessária para adequar a DPE-PB ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).



4.4 GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO AO VIVO DE PREGÕES PRESENCIAIS

A Defensoria Pública iniciou em dezembro de 2019 a gravação e transmissão ao vivo dos pregões presenciais realizados pela instituição. O acompanhamento das sessões se dá pela página da Defensoria Pública no Youtube. A medida dá mais transparências às licitações e atende ao cumprimento da Lei 11.322, de 7 de maio de 2019.

4.5 PRÉDIO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA DPE É INCORPORADO AO PATRIMÔNIO DA INSTITUIÇÃO

O prédio onde funciona a Sede Administrativa da Defensoria Pública, situada à Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168, no bairro de Tambiá, em João Pessoa, passou a pertencer de fato e de direito à instituição. A legitimação da aquisição, que foi realizada há sete anos, se deu através de instrumento de escritura de

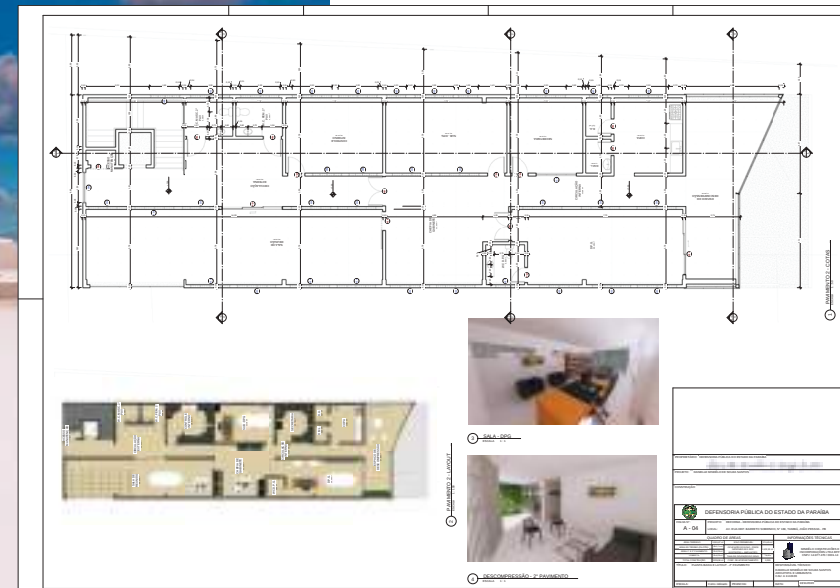
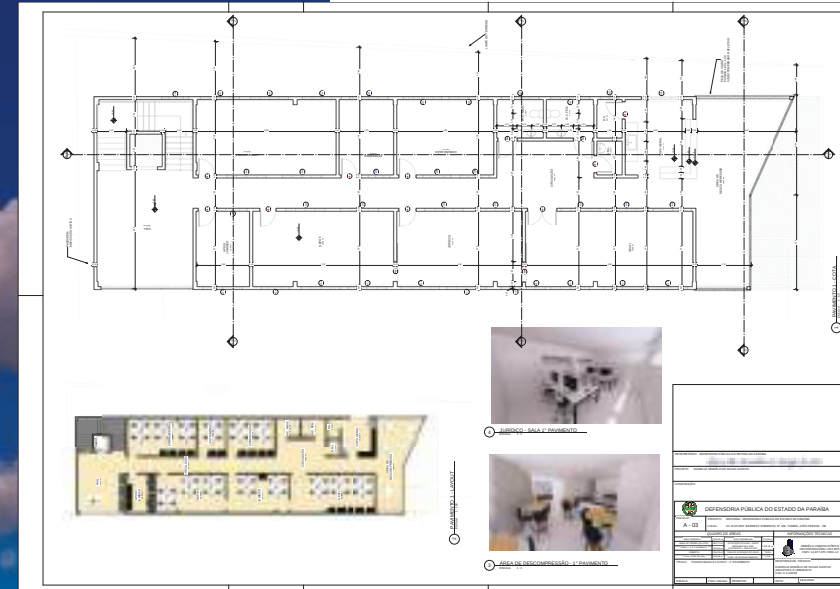
compra e venda efetivada pelo Cartório Carlos Ulysses e registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente.

O imóvel, inclusive, passou por reforma com recursos provenientes de um convênio firmado com o Ministério Público do Trabalho na Paraíba. A primeira parte da reforma foi executada em 2019. A segunda deverá ser entregue em 2021.



4.6 SEDE SERÁ AMPLIADA E MODERNIZADA EM 2021

O trabalho responsável da gestão 2019/2020 deixará bons frutos para 2021. Os recursos para a segunda fase da reforma da Sede Administrativa estão garantidos e somam aproximadamente R\$ 2 milhões. O montante é oriundo do superávit financeiro da instituição, que seria destinado ao reajuste salarial dos seus membros em 2020, mas que foi inviabilizado em razão da lei federal que impede a concessão de aumento, reajuste ou adequação de remuneração a servidores públicos na pandemia.

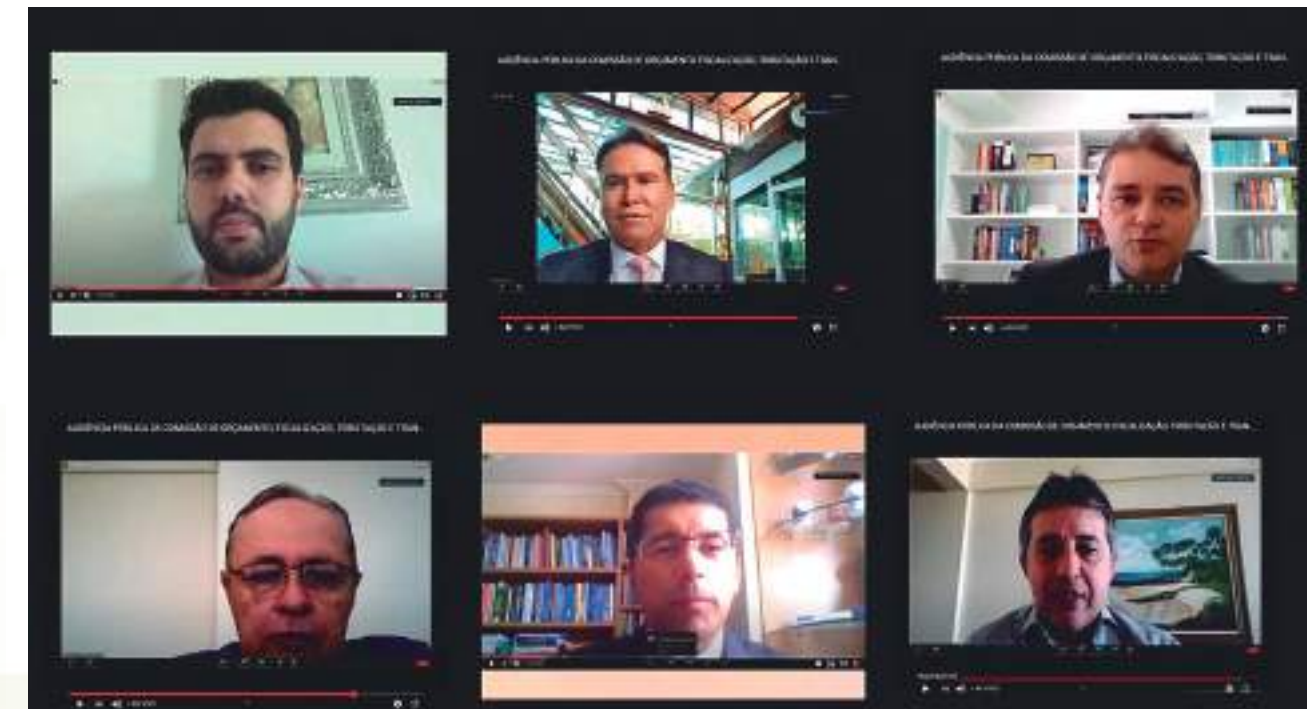


Novas instalações serão construídas acima do estacionamento de carros oficiais da instituição. Projeto prevê novas salas para o Conselho Superior, Gabinete do DPG com sala de reunião, Subdefensoria, Controle Interno, Corregedoria, Assessoria Jurídica, Gerências Administrativa (Geati) e Financeira (Geopf) e Assessoria de Comunicação.

4.7 DEFENSORIA COBRA REPARAÇÃO NO ORÇAMENTO E SUPLEMENTAÇÃO

Em 2019 e 2020, a Defensoria Pública marcou presença nas audiências públicas realizadas pela Assembleia Legislativa da Paraíba para discutir o Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o seguinte.

Em 2019, o defensor público Gerardo Rabello representou o DPG na audiência. Ele ressaltou o déficit de defensores públicos no quadro e as dificuldades da Instituição, que sofria com o congelamento do orçamento desde 2014



Por causa da pandemia, a audiência pública aconteceu por videoconferência em 2020. O DPG Ricardo Barros ressaltou a necessidade de suplementação no exercício financeiro de 2021, considerando especialmente a necessidade de investimentos inesperados provocados pela pandemia

5. INSTITUCIONAL

5.1 PARAÍBA COMPLETA 60 ANOS DE ATUAÇÃO EM DEFESA DOS MAIS NECESSITADOS

Em 2019, a assistência jurídica gratuita completou 60 anos de existência na Paraíba e a Defensoria Pública programou diversas ações para celebrar a data. Fundada em 20 de abril de 1959, a antecessora 'Advocacia de Ofício' foi ligada a órgãos do Judiciário, do Executivo e até do Ministério Público antes de ganhar autonomia com a Constituição de

1988 e passar a ser denominada Defensoria Pública.

As comemorações do Jubileu de Diamante tiveram início em maio, mas se estenderam ao longo do ano com seminários, capacitações e ações voltadas para os segmentos mais vulneráveis da sociedade e que estão inseridos na atuação do Núcleo Especial dos Direitos Humanos e da Cidadania (Necid).



Confira algumas ações realizadas em homenagem à data:

Seminário de Debates sobre Violência contra a Mulher

Organizado pela Coordenadoria de Defesa da Mulher da DPE, o evento promoveu palestras sobre violência doméstica; violência obstétrica; e o papel da Defensoria Pública na defesa da mulher.



Capacitação do PPCAAM

A Coordenadoria de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente realizou uma capacitação dirigida aos defensores públicos que trabalham na área da infância e juventude em todo o Estado dentro da temática do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). A capacitação foi ministrada por técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado.



Fórum de debates O Despertar do Direito

Dentro da programação da celebração dos 60 anos, A Escola Superior da Defensoria Pública (ESDPB) realizou o fórum de debates “O Despertar do Direito”, com os temas “Tutela Coletiva de Direitos” e “A atuação da Defensoria na Execução Penal: teses estratégicas, avanços e retrocessos legislativos”.



Jornada contra a LGBTfobia

A Coordenadoria da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos da DPE se uniu a movimentos LGBTQIA+ para realizar a Jornada contra a LGBTfobia, com ações na Universidade Federal da Paraíba e no Ponto de Cem Reis, nos dias 16 e 17 de maio.





5.2 MEDALHA AIRTON CORDEIRO

Seis personalidades da Paraíba foram agraciadas, em maio de 2019, com a outorga da Medalha Defensor Airtton Cordeiro, aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB). A entrega aconteceu na casa de recepções Versailles, em João Pessoa, durante as comemorações pelo Dia do Defensor

Público, e foi feita pelo defensor público-geral da Paraíba, Ricardo Barros, a subdefensora pública-geral, Madalena Abrantes e pelo presidente da Associação Paraibana de Defensores Público (APDP), Fábio Liberalino.

Foram homenageados o ex-governador Wilson Leite Braga, o deputado estadual Raniery Paulino, o tabelião Germano Toscano de Brito,

o procurador do Estado aposentado, Roosevelt Vita e os defensores públicos, Francisco Maria Filho (aposentado) e José Derville Araruna (in memorian).

Os nomes foram aprovados pelo Conselho Superior de forma unânime e se deu pela excepcional contribuição dos homenageados para o engrandecimento da Instituição e defesa das suas prerrogativas.



O deputado Raniery Paulino foi reconhecido pelo trabalho em defesa da Defensoria na Assembleia Legislativa



Como advogado de ofício, Roosevelt Vita fez a reclassificação da carreira dos defensores públicos; ele foi representado pelo filho Jonathan Vita



O defensor público Gerardo Rabello representou o ex-governador Wilson Braga, que não pode comparecer por questão de saúde



O jornalista Chico Maria também foi homenageado e fez um discurso emocionado: “Essa casa eu sempre carreguei na minha saudade”



A Medalha do ex-governador Wilson Braga foi entregue pessoalmente pelo defensor público Gerardo Rabello



Pela parceria da Anoreg em importantes eventos da DPE-PB, o tabelião Germano Toscano de Brito, presidente da associação, também foi homenageado



A homenagem póstuma da solenidade foi para o defensor público José Derville Araruna; a Medalha foi entregue ao seu filho, o procurador do Trabalho Eduardo Varandas, e a viúva Maria do Socorro Varandas Araruna

5.3 SESSÃO DO CONSELHO SUPERIOR É REALIZADA EM CAMPINA GRANDE

Em 2020, o Conselho Superior da Defensoria Pública da Paraíba (CSDP) se reuniu extraordinariamente fora da Sede Administrativa da instituição. A 81ª Reunião Ordinária do colegiado foi realizada no dia 28 de outubro, no Núcleo Regional de Campina Grande, atendendo a uma proposição do conselheiro Enriquemar Dutra. O defensor lembrou o Artigo 17º do Regimento Interno do CSDP, que diz: “Trimestralmente, o Conselho Superior realizará sessões fora de sua sede, nas unidades da Defensoria Pública do Estado, localizadas nos Núcleos Regionais” (parágrafo 6º). A ideia aprovada pelos membros é manter a realização de sessões nos diferentes Núcleos a cada três meses, conforme prevê o Regimento.



Na Reunião, o defensor público José Alípio Bezerra de Melo foi reconduzido, por unanimidade, pelo Conselho Superior para mais um mandato de corregedor geral da Instituição.



Atendendo a uma proposição do conselheiro Gerardo Rabello, a sessão realizada extraordinariamente na Rainha da Borborema prestou uma homenagem aos 156 anos de emancipação política de Campina Grande, celebrado no dia 11 de outubro de 2020.

5.4 NOVOS DEFENSORES

Três defensores públicos aprovados no concurso público de 2014 tomaram posse do cargo em agosto de 2019. Eles se somaram aos 22 defensores públicos que assumiram o cargo a partir de 2017, quando teve início a convocação dos aprovados.



Amanda Gurgel Rocha Sucupira, Anderson Araújo e Marcos José de Brito Souto foram investidos no cargo de defensor público de 1ª entrância, Símbolo DP-1. Eles assumiram as comarcas de Bonito de Santa Fé, Araçagi, Jacaraú, Cacimba de Dentro e Araruna.

5.5 REUNIÃO DO CONDEGE

A Defensoria Pública da Paraíba realizou a 34ª Sessão Ordinária do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege) em João Pessoa. Representantes de 16 estados brasileiros e do Distrito Federal participaram da reunião, que aconteceu no Laguna Praia Hotel. Antes da reunião, uma comitiva de membros do colegiado, encabeçada pelo defensor público-geral da Paraíba, Ricardo Barros, foi recebida pelo governador do Estado, João Azevêdo, para uma audiência de aproximadamente uma

hora e meia.

Na ocasião, o presidente do Condege, José Fabrício Lima da Silva, apresentou a Defensoria Pública brasileira ao chefe do Executivo e expôs os principais desafios das instituições de todo o país. No âmbito local, o DPG Ricardo Barros aproveitou para reforçar os pleitos da DPE-PB, como a necessidade de apoio do governador para a aprovação da reforma da Lei 104 na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) e a recuperação dos subsídios dos defensores públicos do Estado.



5.8 DEFENSORIA PROMOVE AÇÃO SOCIAL COM DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS À ONG ACESSO CIDADÃO

Nos últimos dois anos, a Defensoria Pública fortaleceu os laços com o projeto Acesso Cidadão ao Lazer, Esporte, Arte e Cultura, administrado pela ONG AC Social, doando diversos equipamentos de acessibilidade especiais voltados à prática de esporte e lazer. A doação faz parte de um convênio firmado com o Ministério Público do Trabalho em 2018 e totalizou R\$ 37.030,50. O projeto também conta com a parceria da Fundação Casa de José Américo (FCJA), da Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad) e da Prefeitura Municipal de João Pessoa.



FORAM DOADOS

120m²

De estrabos (passarela de acessibilidade)

10

Cadeiras de rodas

01

Caiaque

10

Mesas

40

Cadeiras

5.6 DPE SEDIA REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE OUVIDORIAS DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS

A Defensoria Pública sediou em setembro a 4ª Reunião Ordinária de 2019 do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, com a presença de ouvidores gerais de dez estados brasileiros. Além da então ouvidora da DPE-PB, Andrea Coutinho, compareceram ao evento os ouvidores externos da Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Maranhão, Rondônia, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná e Acre.



5.7 CONSELHO SUPERIOR EMPOSSA NOVA OUVIDORA

Em 2020, o Conselho Superior da DPE-PB empossou a segunda ouvidora-geral escolhida entre cidadãos indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, conforme estabelece a Lei Complementar 104/2012. A assistente social Maria do Céu Cavalcanti Palmeira tomou posse no dia 7 de agosto de 2020, durante sessão extraordinária do Conselho Superior da DPE-PB.



Céu Palmeira foi indicada ao cargo por três entidades da sociedade civil. Ela é assistente social, mediadora, conciliadora de conflitos, militante dos direitos humanos e reclamante dos direitos dos hipossuficientes.

SAUDADES

A retrospectiva de fatos que compõem este relatório abre espaço para prestar justa e merecida homenagem à memória de defensores públicos, então ativos ou inativos, que foram elevados a um plano superior em 2019 e 2020 após entregarem grande parte de suas vidas, com dedicação própria de um sacerdócio, à instituição Defensoria Pública e aos seus assistidos nos mais recônditos confins do estado.

A todos, o reconhecimento e gratidão pelo legado deixado, de profissionalismo e entrega a tão nobre causa social.

DEFENSORES DA ATIVA



**BERGSON MARQUES
CAVALCANTI DE ARAÚJO**
1958 / 2019



JAIME FERREIRA CARNEIRO
1948 / 2019



**RODRIGO SÉRGIO
ALMEIDA DE MENDONÇA**
1952 / 2020



JOSÉ DE PAULA REGO
1951 / 2020



**MILTON AURÉLIO
DIAS DOS SANTOS**
1954 / 2020



JOSÉ BELARMINO DE SOUZA
1953 / 2020

DEFENSORES INATIVOS



ALDINO LUCAS GAUDENCIO
* / 2019



EDNA FERNANDES LEAL
1935 / 2019



ADALICE ISMAEL DE OLIVEIRA*
* / 2019



ISMALDO ISIDRO DOS SANTOS
1939 / 2019



JOSUE DIAS DE OLIVEIRA
1932 / 2019



LUIZ DE PAULA CABRAL*
1936 / 2020



CARLOS CALIXTO DE OLIVEIRA
1950 / 2020



LEVI BORGES DE LIMA
* / 2020



MARCOS AUGUSTO ROMERO
1954 / 2020

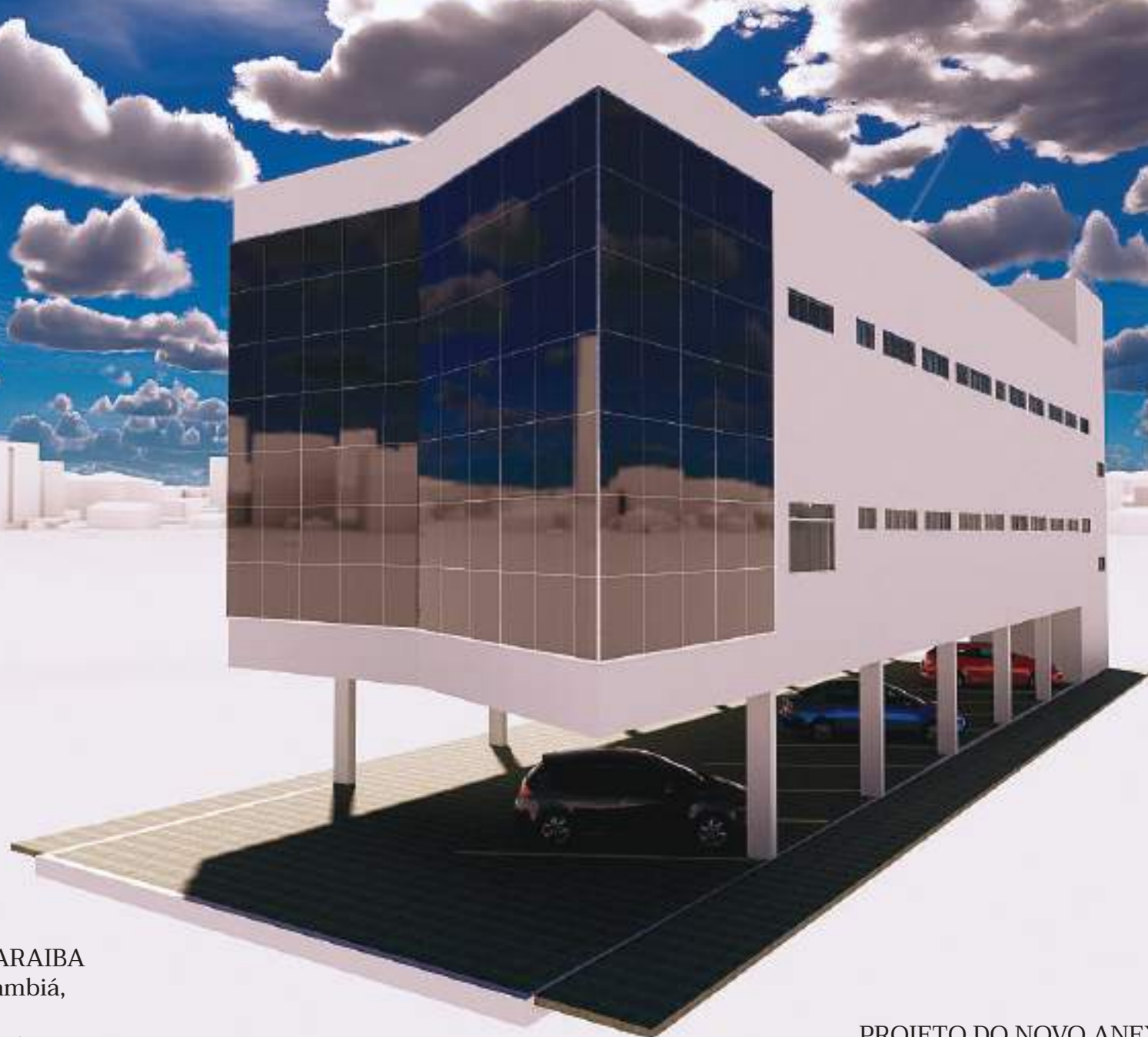
*Não constam no banco de dados da Defensoria Pública o ano de nascimento e a foto dos defensores públicos



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DA PARAÍBA**



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
Rua Deputado Barreto Sobrinho, 168 - Tambiá,
João Pessoa - PB, 58020-680
Site: www.defensoria.pb.def.br



PROJETO DO NOVO ANEXO
DA SEDE ADMINISTRATIVA